



Anais da Assembléia

N.º 119

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 110.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1984.

(SEGUNDA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Erondy Silvério.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR.2.º SECRETÁRIO- procede à leitura das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR.1.º SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 227/84.

Curitiba, 1.º de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

anteprojeto de lei que altera o vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná- IAPAR, em até CR\$ 1.195.821.000 (hum bilhão, cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil cruzeiros).

O Crédito Adicional de que trata o citado anteprojeto de lei, tem por finalidade complementar recursos para dar continuidade aos programas de trabalho da Entidade.

Certo de poder contar com a atenção desta Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 309/84

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito Adicional de até CR\$ 1.195.821.000, (hum bilhão, cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná- IAPAR, para atender despesas com a manutenção da Entidade.

Art.2.º - Servirá para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, recursos da própria Entidade, de acordo com o artigo 43, § 1.º, inciso II, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 228/84.

Curitiba, 1.º de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o vigente orçamento da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos- CLASPAR em até CR\$ 1.898.531.000, (hum bilhão, oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil cruzeiros).

O Crédito Adicional de que trata o citado anteprojeto de lei, tem por finalidade complementar recursos para dar continuidade aos programas de trabalho da Empresa.

Certo de poder contar com a atenção desta Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHA.

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 310/84

Art.1.º - Fica o Poder Executivo auto-

autorizado a abrir um Crédito Adicional de até CR\$ 1.898.531.000, (um bilhão, oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos- CLASPAR, destinado a execução dos programas de trabalho.

Art.2.º - Servirá para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, recursos da própria Entidade, de acordo com o artigo 43, § 1.º, inciso II, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 229/84.

Curitiba, 1.º de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera os orçamentos das fundações Faculdades Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos valores de CR\$ 82.000.000 (oitenta e dois milhões de cruzeiros) e CR\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), respectivamente.

Os recursos supracitados servirão para atender despesas com obras, equipamentos, material de consumo, serviços de terceiros e PASEP, sendo cobertos com recursos das próprias entidades de acordo com o estabelecido no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de poder contar com os auspícios desta Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e apreço.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 315/84

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicionais, alterando os orçamentos próprios das fundações Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos valores de CR\$ 82.000.000 (oitenta e dois milhões de cruzeiros) e CR\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), respectivamente.

Art.2.º - Servirão para cobertura dos Créditos de que trata o artigo 1.º desta Lei, recursos oriundos das próprias entidades, em conformidade com o § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legis-

tiva.

MENSAGEM 230/84.

Curitiba, 1.º de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Empresa de Obras Públicas do Paraná- EMOPAR, até o limite de CR\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), com o objetivo de dar respaldo legal para a ampliação dos serviços da empresa, tendo em vista as obras do PRORURAL, armazém de Palmas, Anexo ao Plenário da Assembléia Legislativa e outras.

Darão cobertura ao Crédito mencionado recursos da própria empresa, conforme estabelecido pelo § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Contando uma vez mais com a atenção desta Colenda Casa, reafirmo a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 311/84

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional até o limite de CR\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), alterando o orçamento vigente da Empresa de Obras Públicas do Paraná- EMOPAR.

Art.2.º - Darão cobertura ao Crédito de que trata o artigo anterior, recursos oriundos da própria empresa, em conformidade com o § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 231/84.

Curitiba, 1.º de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o limite de CR\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros) destinados a atender despesas com custeio e capital do Tribunal de Alçada, no corrente exercício.

Os recursos necessários à abertura do presente Crédito, são oriundos do que preconiza o estabelecido pelo item II, § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merece

rá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

314/84

Art.1.º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional até o limite de CR\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), no vigente orçamento do Tribunal de Alçada, destinados a abrir despesas com Custeio e Capital.

Art.2.º - Servirá como recurso para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no item II, § 1.º, artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 232/84.

Curitiba, 1.º de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera os orçamentos atuais da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, em CR\$ 78.000.000 (setenta e oito milhões de cruzeiros), e da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana em CR\$ 13.000.000 (treze milhões de cruzeiros).

Os recursos supracitados servirão para dar cobertura a despesas de custeio e PASEP das referidas Fundações, oriundos de recursos das próprias Entidades, conforme o disposto, respectivamente, nos itens II e I, do § 1.º, do art.43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Contando uma vez mais com os bons préstimos dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

316/84

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicionais até o limite de CR\$ 78.000.000 (setenta e oito milhões de cruzeiros), alterando, respectivamente, os orçamentos atuais das Fundações Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Art.2.º - Os Créditos de que trata o artigo 1.º serão cobertos com recursos

oriundos das próprias entidades conforme o disposto, respectivamente, nos itens II e I, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 233/84.

Curitiba, 1.º de novembro de 1984.
Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, cujos recursos adicionais terão como objetivo dar suporte ao Programa de Ação Municipal- PRAM e ao Programa Rodoviário BID II.

Serão utilizados para cobertura do citado Crédito, recursos do Tesouro Geral do Estado em conformidade com o disposto no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de poder contar com os bons auspícios desta Colenda Casa para a tramitação e aprovação do presente anteprojeto, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

312/84

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicionais ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, até o limite de CR\$ 17.134.000.000 (dezessete milhões, cento e trinta e quatro milhões de cruzeiros).

Art.2.º - Os recursos para cobertura dos Créditos de que trata o artigo 1.º são provenientes do Tesouro Geral do Estado, segundo o disposto no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 234/84.

Curitiba, 1.º de novembro de 1984.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o valor de CR\$ 114.167.000.000 (cento e quatorze bilhões, cento e sessenta e sete milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas até o mês de dezembro, com juros, encargos e amortização da dívida pública interna e externa, alterando o orçamento da Adminis-

tração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria das Finanças.

A presente suplementação pretende eliminar a defasagem existente entre os valores constantes do orçamento vigentes e a necessidade de atender as despesas supracitadas.

A defasagem mencionada surgiu face as constantes desvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar, ocorridas no corrente exercício.

Os recursos necessários à abertura do Crédito Adicional solicitado são provenientes do Tesouro Geral do Estado, segundo o contido no item II, § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 313/84

Art.1.º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional até o valor de CR\$ 114.167.000.000. (cento e quatorze bilhões, cento e sessenta e sete milhões de cruzeiros) no vigente orçamento da Administração Geral do Estado- Recursos sob Supervisão da Secretaria das Finanças, destinados a cobrir despesas com juros, encargos e amortização da dívida pública interna e externa.

Art.2.º - Servirá como cobertura para o Crédito de que trata o artigo anterior recursos do Tesouro Geral do Estado, segundo o estabelecido no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja atribuído REGIME DE URGÊNCIA, para votação dos seguintes projetos de lei:

PROJETO DE LEI N.º 146/84, assegurando às Prefeituras participação nos sorteios da Loteria Estadual, em 15% sobre o volume dos bilhetes vendidos nos limites de cada município;

PROJETO DE LEI N.º 172/84, que declara de Utilidade Pública o Clube das Mães, com

sede e foro no Município de Chopinzinho;

PROJETO DE LEI N.º 236/84, que regula a contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing) pela Administração Direta e Indireta e Autarquias;

PROJETO DE LEI N.º 241/84, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Epilépticos de Pato Branco, com sede e foro na cidade de Pato Branco;

PROJETO DE LEI N.º 309/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 227/84, que altera o vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná- IAPAR, em até CR\$ 1.195.821.000. (um bilhão, cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil cruzeiros).

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI N.º 51/84, de sua autoria, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ANTONIO DE CAMPOS TAPAJÓS.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno da Casa, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 260/84, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO para os Projetos de Lei n.ºs 254/84, 24/83, 106/84, 172/84, 193/84, 197/84, 200/84, 204/84, 205/84, 206/84, 209/84, 218/84, 266/84 e 267/84, constantes da Ordem do Dia desta data.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamento: Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro a DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL dos Projetos de Leis n.ºs:

27/84 - de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que dá nova redação ao artigo 5.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981, na forma que especifica. (Transferência Territorial não poderá ser feita no ano das eleições municipais).

169/84 - de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 139/84), que objetivava alterar dispositivos das Leis n.ºs 5.940, de 08.05.69 e 5.944, de 21.05.69, nas partes em que versam sobre concessão de medalhas e condecorações a integrantes da Polícia Militar do Estado, conforme especifica.

171/84 - de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE KALORÉ", com sede e foro no Município de Kaloré.

186/84 - de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA FÉ, LUZ E CARIDADE", com sede e foro no Município de Arapongas.

187/84 - de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES", com sede nesta Capital.

191/84 - de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO SANTO AGOSTINHO - Ensino de primeiro e segundo Graus", com sede e foro no Município de Palotina.

194/84 - de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 153/84), que objetiva o Poder Executivo doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonina, imóvel situado à Praça da República, havido pelo Estado, conforme parte da transcrição n.º 899/506, às fls. 147, do Livro n.º 3-H, de Transcrição das Transmissões, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, conforme especifica.

195/84 - de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO SANTA EFIGÊNIA - AMOSE", com sede e foro nesta Capital.

246/84 - de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor "HERÁCLITO FONTOURA SOBRAL PINTO", conforme especifica.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor CARLOS ALBERTO LUCZYSZYN, ocorrido dia 05 do corrente, no Município de Araucária.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Senhor João Luczyzyn, à Rua Mj. Sezinho, 235, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor TADASHI MAEOKA, ocorrido no dia 08 de novembro de 1984.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, endereçando-se para: Senhora MYOKO MAEOKA - Rua Clara Polsin n.º 700 - Bairro Novo Mundo - N/Capital.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa um voto do mais profundo pesar pelo falecimento, domingo, dia 4 de novembro, nesta Capital, do Senhor JOÃO ANTONIO FARIA, figura de destaque e chefe de tradicional família de União da Vitória.

O extinto, que contava com 77 anos de idade, em sua longa e frutuosa existência deixou para todos nós um exemplo de dignidade, generosidade e amor ao próximo como bem poucas pessoas o poderiam fazer.

Companheiro entusiasta e leal das lides políticas, defensor intransigente dos ideais do PMDB, com cujos companheiros compartilhou com orgulho a caminhada rumo ao Governo do Estado, o Sr. João Antonio Faria, é uma ausência hoje sentida por todos aqueles que com ele tiveram a honra de conviver.

Requeiro, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento à família enlutada, em nome de sua esposa, D. Madalena N. Faria, e de seus filhos Dorival Faria, João Antonio Faria Jr. e D. Dolores Schegler.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consigna-ção em ata da presente sessão, de "Voto de Profundo Pesar" pelo falecimento do Sr. Ary Amaral Tavares, ocorrido nesta data, na cidade de Ponta Grossa.

Membro de tradicional família pontagrossense, o Sr. Ary Amaral Tavares era casado com a Senhora Arlete Ferreira Tavares, e funcionário aposentado da Delegacia da Receita Estadual.

O fato abalou de forma profunda a sociedade local, onde gozava de grande estima e respeito dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Dr. Colares, 210 - Ap. 1001 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão Plenária de hoje, de um voto de congratulação à "Rádio Cidade de Jandaia", da cidade de Jandaia do Sul, pelo transcurso do 2.º aniversário de fundação, que ocorre nesta data, daquela emissora radiofônica, líder de audiência da Região do Vale do Ivaí.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao seu Diretor, Sr. Antonio Cortenaso Netto, em Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações ao Doutor ARTHUR GOTUZZO DE SOUZA pelos seus 44 anos de brilhante carreira em favor do Rádio paranaense e que agora se afasta da vida artística.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

É motivo de alegria e de tristeza para esta Casa e para o mundo radiofônico do Paraná a homenagem que hoje prestamos ao

conhecido homem de nossa comunicação, Doutor Arthur Gotuzzo de Souza.

De alegria porque aqui na Assembléia exerceu com muita honra, para esta egrégia Casa, mandatos de Deputado Estadual há alguns anos atrás, e de forma indelével.

Não obstante militar na política e na vida profissional de advogado, Arthur de Souza nunca abandonou os microfones que consagraram seu nome. Desde 1940, época em que iniciava sua vida radiofônica, dando seus primeiros passos na PRJ-2, de Ponta Grossa, até os dias de hoje vem servindo seu público ouvinte, principalmente com a "REVISTA MATINAL", programa que há 40 anos serviu de seu "cartão de visitas", um informativo pioneiro em nosso meio. Aliás, é nosso homenageado o mais antigo radialista militante em todo o Brasil.

De tristeza porque, agora, após prestar tanto tempo de bons serviços, está deixando seus ouvintes de todos os dias e que certamente lembrarão com muita saudade de seu programa que sempre foi "uma voz amiga nos lares paranaenses".

Fazemos de sua espontânea despedida um motivo de júbilo por nos deixar doces recordações, quer pela sua atuação profissional ou lhana dedicação ao trabalho, quer por nos honrar com sua amizade e seu companheirismo de sempre.

Por mais de onze anos vivi o dia a dia com Arthur de Souza, na Rádio Colombo do Paraná. Tive, assim, a felicidade de conhecer sua personalidade, seu caráter, sua honradez, seu amor ao trabalho e, sobretudo, o quão humano é. E numa simples homenagem pelos serviços que prestou à emissora que dirijo, estarei com todos os funcionários e demais diretores da nossa Organização fazendo realizar um jantar comemorativo, amanhã, que espero represente nosso preito de reconhecimento e gratidão.

Encerrando, Arthur Gotuzzo de Souza é merecedor de nosso tributo também nesta egrégia Casa, onde tanto labutou. Nada mais justo de que se faça consignar um Voto de congratulações a quem tanto fez por nosso Rádio, deixando um marcante exemplo a ser imitado por essa laboriosa classe.

Que ele seja profundamente feliz no aconchego de seu lar, junto aos seus entes queridos, mas certo de que cumpriu com sua missão de ter sido um orgulho para toda a gente paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Coronel Haroldo de Mattos, em face da concessão do Canal de Rádio FM Ilha do Mel, em Paranaguá, a

profissionais efetivamente especializados no ramo, os jornalistas Antonio Carlos Braga e Jamur Júnior, e que seja dada ciência do teor deste ao titular daquele Ministério.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado telex ao Diretor da CACEX, Carlos Viacava, consubstanciado no texto em anexo.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) SABINO CAMPOS.

TELEX

DA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

AO: DIRETOR DA CACEX vg SR CARLOS VIACAVA

ATRAVES DA IMPRENSA SOUBEMOS DE DENUNCIAS DE QUE FRIGORIFICOS E MULTINACIONAIS vg. MAIS PRECISAMENTE A SWIFT-ARMOUR DE LIVRAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL vg ESTAO DISPENSANDO FUNCIONARIOS SOB A ALEGAÇÃO DE FALTA DE MATERIA-PRIMA PARA INDUSTRIALIZAÇÃO vg COM A FINALIDADE DE PRESSIONAR O GOVERNO BRASILEIRO A IMPORTAR CARNE DO URUGUAI pt

EXIGIMOS QUE ESTA IMPORTAÇÃO NAO SEJA APROVADA vg POIS SABIDAMENTE AS COOPERATIVAS BRASILEIRAS POSSUEM ESTOQUES SUFICIENTES PARA O ABASTECIMENTO DO MERCADO INTERNO pt

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, apelo no sentido de que seja destinado a implantação do Sistema Estadual de Creches, o Erário, resultante do aumento, de 1% sobre o ICM.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição procede do acordo havido entre Governo e Parlamentares, sobre a destinação para obras sociais do Erário resultante do aumento de 1% no ICM.

Na condição de legítimos representantes do povo, cumpre-nos assumir a responsabilidade de analisar a situação criticamente, discutindo a inadequação e propondo soluções dentro de um critério de prioridades. Não se pode jogar para que a comunidade assuma o que cabe ao Estado, a comunidade paga seus impostos e exige que haja uma efetiva atuação frente ao drama

da criança pobre. Uma realidade que não podemos deixar de considerar e embora não possamos solucionar o estado de miséria, exploração e abandono em que se encontra o nosso povo, a herança maldita gerada pelo modelo milagroso de desenvolvimento que a revolução nos legou.

Cada momento de espera é irreversível.

As pequenas vítimas enchem os hospitais de queimados, sofrem agressões que deixarão suas marcas gravadas para sempre, na carne e na alma.

É necessário que se invista na primeira infância com a maior urgência. É prioridade gritante. Pouco valerá oferecermos a merenda escolar à criança já debilitada, com seqüelas psíquicas e físicas que irão deixando-a sempre para trás, constrangida, humilhada ou revoltada.

Os pedagogos são unânimes em afirmar que a idade pré-escolar é fundamental para o desenvolvimento físico e mental.

A criança não é auto-suficiente e na medida em que a família não tenha condições de cuidar dela, seja por qual motivo for, deve o Estado ampará-la.

Apelamos no sentido de que assim que seja sancionado o Projeto de Lei que cria o Sistema Estadual de Creches execute-se a sua imediata implantação, iniciando-se o projeto pelas áreas que se evidenciarem de maior carência.

Quando falamos de creches estamos nos referindo a ambientes adequados ao desenvolvimento integral, com orientação pedagógica, assistência alimentar e médica. A observação prende-se ao fato de proliferarem os estacionamentos de crianças onde os pequeninos são apinhados e deixados sob os cuidados de pessoas não especializadas, algumas vezes bondosas, mas que em alguns casos as maltratam, jogando sobre elas suas insatisfações.

Não basta dar-lhes a comida e vigiá-las. É preciso que no mínimo não se tolha seu desenvolvimento, permitindo que ensaiem a vida em comunidade num ambiente saudável e alegre.

É sabido (os países desenvolvidos podem servir de exemplo) que vale a pena investir na primeira infância, não esquecendo logicamente os programas de assistência à gestante pobre.

Reafirmamos ser de fundamental importância a assistência integral à criança, principalmente nos primeiros anos de vida, considerando os fatores interligados que passamos a expor e que tendem a se intensificar:

- O alto índice de mortalidade infantil por falta de condições mínimas de saúde e alimentação, além das condições da mãe durante a gestação.

- Os acidentes de vários naturezas de que são vítimas crianças, que permanecem sozinhas ou sob os cuidados de outras crianças

enquanto os pais trabalham ou permanecem hospitalizados.

- Considere-se, por exemplo, "os números" do Hospital de Queimados ou Clube da Soda.

- Considere-se, no meio rural, as crianças mordidas por cobras, devoradas por animais (vários casos constatados) e vítimas de insolação ou pneumonia por ficarem expostas às variações climáticas ou ainda sujeitas aos venenos usados na agricultura.

- As crianças que deixam de freqüentar a escola porque cuidam dos irmãos menores, na ausência da mãe que trabalha.

A implantação do sistema estadual de creche junto à rede escolar, numa atuação conjunta das várias Secretarias de Estado possibilitaria:

- Assistência alimentar, médica e educacional a um grande número de crianças carentes, das zonas urbana e rural.

Estima-se em 150.000 o número de crianças carentes em fase pré-escolar, no Estado.

- Condições para as mães trabalharem fora de casa concorrendo para a melhoria da renda familiar.

(A oferta maior de trabalho, no momento, é de empregada doméstica, sendo que algumas ajudam o companheiro em trabalhos como jardinagem, carpintaria, construção e até coleta de lixo urbano).

- Campo de treinamento profissional dos formandos nas áreas de saúde, pedagogia e Assistência Social.

Estágios gradativos remunerados que serviriam à triagem dos funcionários que integrarão o quadro de funcionários.

- Convênios com as Universidades e Instituições de Ensino Profissionalizante para a Coordenação dos Estágios.

- Repasse de dotações orçamentadas referentes às obrigações sociais das empresas.

- Descentralização do atendimento à clientela, formando núcleos para a futura escola integrada, incentivando a vida comunitária.

- Envolvimento da comunidade na construção dos agregados ou adaptação dos espaços disponíveis, quando for o caso.

- A orientação dos pais por assistentes sociais, educadores sanitários ou pedagogos, por ocasião das reuniões dos usuários desse serviço.

A realização desse plano integrado, seria sem dúvida um processo dinâmico de geração de possibilidades crescentes, atendendo a uma das metas prioritárias do Governo José Richa. A melhoria da qualidade de vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ofício a Digníssima Ministra da Educação, Senhora Esther de Figueiredo Ferraz, solicitando o reconhecimento oficial da Universidade Federal do Paraná como primeira a ter sido fundada no País.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) ANTONIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

É de inteira justiça tal reconhecimento, uma vez que a Universidade Federal do Paraná foi oficialmente fundada em ato formal no ano de 1912, começando a funcionar já no começo do ano letivo seguinte. As Universidades do Rio de Janeiro e São Paulo foram fundadas posteriormente. Este reconhecimento oficial constituirá um preito de justiça aos que tornaram possível a fundação da Universidade Federal do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, e aos Secretários de Estado da Educação e da Administração, para que viabilizem procedimento legal para promoção, em caráter excepcional, por avanço vertical por habilitação, de professores, em quatro etapas consecutivas de interstício semestral.

Sala das Sessões, em 12/11/84.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Centenas de professores, já em época de aposentadoria por tempo de serviço, encontram-se impossibilitados de o fazer por não terem sido beneficiados com as promoções por avanço vertical em época oportuna.

A maioria desses professores são de idade avançada e deram muito de si na árdua tarefa da educação de muitos que hoje ocupam até posições de destaque na sociedade paranaense, e quiçá brasileira. Esforçaram-se com esmero na educação de todos, indistintamente, certos de que o produto de seu trabalho iria dar frutos dentro da comunidade, a facilidade de muitos outros, de concluir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, condição necessária para atingir o nível maior de vencimento dentro de sua carreira.

Posteriormente, com muito sacrifício, apesar da idade e das dificuldades naturais para cursarem uma Faculdade, tais professores enfrentaram os bancos escolares do ensino superior e se habilitaram

devidamente para concorrerem às promoções por avanço vertical.

Hoje, entretanto, devido a dispositivo legal estatutário, a maioria deverá continuar lecionando ainda por 6 ou 7 anos, mesmo que tenham completado o tempo de serviço para a aposentadoria, exigido por lei.

Diz o artigo 34 da Lei Complementar n. 7/76:

"O interstício entre duas promoções por avanço vertical, bem como por avanço diagonal por merecimento, será de dois anos".

Supondo-se que um professor termine a Faculdade no final deste ano, e se encontre na classe "A", nível 1, sua primeira promoção para a classe "B", nível 2, seria em outubro de 1985. Depois dessa promoção, por dispositivo legal de interstício, deverá aguardar 2 anos para a promoção para a classe "C", nível 3, isso em 1987. E assim, sucessivamente, em outubro de 1989, seria promovido para a classe "D", nível 4, e em igual mês de 1991, para a classe "E", nível 5, que é a final. Isso decorreria um período de 7 anos de espera para a aposentadoria, a fim de atingir esse último nível de vencimento.

É válido o argumento de que o professor, hoje, poderia se aposentar no nível em que se encontra, sem as vantagens financeiras dessas promoções. Mas, em se considerando o aspecto financeiro e o de justiça, sem observar o aspecto humano da questão, tal raciocínio é lamentável, sob qualquer ponto de vista. Perderia o professor, aposentando-se agora, vantagens reais e bem sensíveis em valor financeiro. Se o nível inicial da carreira, o A-1, está hoje em CR\$ 214.601, o final, E-5, é de CR\$ 369.652, podendo o professor chegar a receber mensalmente CR\$ 526.333, na última referência diagonal. Se tal diferença não for argumento suficiente para criar instrumento necessário à aceleração dessas promoções, leve-se em conta o reconhecimento público que todos nós, Governo, Deputados e Comunidade Paranaense, temos que externar pelo trabalho diuturno e incansável desses mestres na formação de crianças e adolescentes, durante os vinte e cinco anos ou trinta anos de sua carreira. A educação é um valor que não pode ser mensurado em dinheiro; não há dinheiro que pague os bons espíritos, dádivas adquiridas no contato direto, dia a dia, por longos anos, nos bancos escolares, tendo à frente um educador, um professor. Não seria reconhecer esses valores, se hoje nada fizermos todos nós, para que tais mestres encerrem suas carreiras, satisfeitos pelo dever cumprido, mas satisfeitos também porque o Governo e representantes do povo deram a eles a oportunidade de se aposen-

tarem com o melhor salário de sua carreira.

Já houve, no passado, medidas providenciais aprovadas por esta Casa de Leis, acelerando a promoção vertical por habitação do magistério, em três etapas consecutivas, através da Lei Complementar n. 13/81, de 23.12.81.

Por este requerimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, desejo solicitar a meu Governo que essas promoções, em caráter excepcional, efetivem-se por lei própria, através de Mensagem Governamental a ser enviada a esta Casa para aprovação, sugerindo que as mesmas sejam feitas em quatro etapas semestrais, a saber: em abril e outubro de 1985, e em abril e outubro de 1986.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado, solicitando a instalação de um Módulo Policial no Jardim Curitiba, Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984
(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Segurança do Povo é a Suprema Lei, sendo assim, todos os Municípios, todos os Distritos ou melhor ainda, todas as comunidades de nosso Estado devem estar servidas de condições mínimas para atender tão importante setor da vida humana, sendo assim nada mais justo que se atender a pretensão do Distrito em tela, o qual tem colaborado imensamente para a grandeza deste Estado, pois a sua população trabalha na agricultura e faz dela o progresso de importante micro região de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor LUIZ NORBERTO DA SILVA RATTO, Superintendente Regional do Banco do Brasil S/A, para o Paraná, solicitando a instalação de uma agência do Banco do Brasil no Município de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984
(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Três Barras do Paraná é um Município essencialmente agrícola, sendo que 50 por cento dos agricultores possuem cadastro bancário em agência do Banco do Brasil em

outros Municípios, o que dificulta sobremaneira seu relacionamento com o estabelecimento, dada a distância a ser percorrida toda vez que necessita dos serviços do Banco do Brasil. A instalação de agência em Três Barras do Paraná, evitará deslocamentos de, em média 100 quilômetros, de 3 a 4 vezes até a liberação de uma operação de crédito. Além disso, a agência do Banco do Brasil atenderá diretamente uma crescente clientela formada por pessoas físicas e privadas do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A- TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto de Serviço Telefônico na localidade de Alto Alegre, Município de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Alto Alegre está distanciada dos demais centros da região, comunicando-se única e tão somente por estrada com revestimento primário. A instalação de um PS no local evitará grandes e graves transtornos à população, ao mesmo tempo que possibilitará a perda de tempo no trajeto de uma estrada muitas vezes intransitável, em razão das constantes chuvas na região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovado pelo Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando a implantação do 2.º grau na Escola Moacir Teixeira, no conjunto Maria Cecília, em Londrina.

O referido conjunto habitacional conta com 1.900 casas, e a referida escola atende, presentemente, apenas o 1.º grau.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário que, se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado, solicitando a instalação de um Módulo Policial na Vila Guaira, Município de

Goioerê.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Segurança do Povo é a Suprema Lei, sendo assim todos os Municípios, todos os Distritos ou melhor ainda, todas as comunidades de nosso Estado devem estar servidas de condições mínimas para atender tão importante setor da vida humana, sendo assim nada mais justo que se atender a pretensão do Distrito em tela, o qual tem colaborado imensamente para a grandeza deste Estado, pois a sua população trabalha na agricultura e faz dela o progresso de importante micro região de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, DENY LINEU SCHWARTZ, e ao Ilustríssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de estradas de Rodagem, HEIN GEORG HERWING, solicitando colocação de placas indicativas na "Rodovia Manoel Ribas"- PR 090, na localidade de Barro Preto, Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Para que se possa evitar as constantes colisões e prevenir acidentes, provocados pela falta de sinalização, haja visto intenso tráfego de veículos que transitam naquela região, é que se faz a presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura no sentido de que seja realizado estudos visando a criação e instalação de um escritório no Distrito Administrativo de Rancho Alegre, pertencente à Municipalidade de Goioerê.

Fora de qualquer dúvida que o Distrito de Rancho Alegre representa um importante sustentáculo na economia agrícola do Município de Goioerê, sendo que naquela localidade são produzidos diversos cultivares, sendo estes responsáveis por praticamente todo o processo desenvolvimentista.

Neste sentido, faz-se necessário assegurar condições a altura da vocação do próprio progresso de Rancho Alegre, notadamente no setor de produção. Dentro desta linha de raciocínio, a classe produtora rural precisa mais do que nunca ser assistida, através de uma orientação constante desde o período pré-plantio, plantio, tratos culturais e colheita, além é claro da própria orientação quanto ao armazenamento dos produtos e suas respectivas vendas.

Portanto, a criação e instalação de um escritório dessa Empresa naquele distrito, permitirá assegurar melhor apoio no setor agrícola, cuja reivindicação merecerá por certo, desta Pasta o respaldo necessário para a sua concretização.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido de reiterar pedido de implantação de pedras irregulares ao longo de toda a extensão da Avenida Liberdade, existente no Distrito Administrativo de Luiziana, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

No dia 4 de outubro do ano passado este Deputado que abaixo subscreve, apresentou em Sessão Plenária da Assembleia Legislativa, Requerimento dirigido à essa Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando a implantação de pedras irregulares ao longo da Avenida Liberdade, notadamente no final de sua extensão.

No entanto, decorrido mais de um ano, a situação referente aquele tipo de revestimento continua a mesma, ao mesmo tempo que a posição assumida por parte da população também é a mesma, ou seja, defende a realização de obras visando a implantação de pedras irregulares.

Tendo em vista a renovação deste pedido, é de se esperar dessa Secretaria de Estado dos Transportes o atendimento da reivindicação ora postulada por mais esta oportunidade, atendendo a postulação do Vereador Nelson Turek.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Deputado.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública,

objetivando o fornecimento de informações a respeito da construção de um módulo policial para o Distrito Administrativo de Farol, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

A comunidade daquele progressista Distrito Administrativo de Campo Mourão está insistindo na instalação de um módulo policial, tendo em vista que a presença mais efetiva dos policiais, sem dúvida alguma, trará maior tranquilidade ao conjunto da população, que atualmente tem se manifestado muito insegura.

A construção de um módulo policial em Farol, é uma reivindicação muito antiga, e já foi inclusive motivo da apresentação de um Requerimento dirigido à essa Pasta no dia 10 de abril do corrente ano, baseando-se em iniciativa do Excelentíssimo Senhor José Laurindo Kraus, Vereador da Câmara Municipal de Campo Mourão, que representa a coletividade naquele Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia objetivando a não construção da Barragem de ilha Grande, situada na divisa dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Até quando o Estado do Paraná continuará sendo atingido diretamente com consequências irreversíveis da construção de barragens em seu solo? Até quando viveremos a expulsão dos agricultores de suas terras férteis, que posteriormente serão inundadas pelas águas? Até quando este Estado verá o desaparecimento das já escassas vegetações? Até quando animais serão mortos indiscriminadamente? Até quando que assistiremos o gasto de bilhões de dólares na construção de hidrelétricas quando se tem energia muito mais do que o suficiente ao passo que esses mesmos recursos muito bem serviriam na aplicação da melhoria das condições de ensino, saúde? Até quando os paranaenses terão que ser prejudicados sócio e economicamente pela construção de tais obras faraônicas sem um mínimo de compensação ao menos? Até quando...?

Estas são algumas das inúmeras interrogações que o povo do Paraná vêm de há muito fazendo em relação a construção das barragens. A manifestação contrária a esta questão tem sido uma constante em todos os quadrantes deste território. Um dos fatores de que pode servir de exemplo do conhecimento e da consciência do quanto o

Paraná sofreu, sofre e sofrerá com as barreiras, diz respeito ao posicionamento da Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Fênix.

No dia 29 de outubro, em Sessão Plenária realizada por aquele Poder Legislativo, o Excelentíssimo Senhor Amilton do Lago Santiago, com acento naquela Casa de Leis, apresentou Requerimento de sua autoria manifestando o seu posicionamento com relação a possibilidade da construção da Represa de Ilha Grande. No seu pronunciamento, o Nobre Vereador afirmou que o Paraná, Estado eminentemente agrícola, é responsável por 1/3 da produção do setor em relação ao total a nível nacional, cuja boa parte do solo já foi inundada pelas águas da hidrelétrica de Itaipu. Entre outros tantos fatores mencionados pelo Vereador, um dos que mais mereceu de sua parte fortes críticas, é no que tange aos problemas sociais decorrentes das referidas obras, como o próprio êxodo rural, que diariamente tem expulsado o trabalhador das áreas cultivadas fazendo como que os mesmos, acabe (em face da falta de opção de trabalho ou até mesmo a falta de sua qualificação em outras atividades) indo por morar nas grandes concentrações urbanas, marginalizado.

Aquela mesma proposição foi aprovada pelos demais integrantes do Legislativo Municipal de Fênix, e que bem reflete, sem dúvida alguma, a postura crítica dos demais segmentos sociais, que organizadamente, estão incansavelmente a manifestar o tratamento indiferente que o Paraná vem tendo nos últimos anos.

Neste sentido, que acima de tudo, os paranaenses deverão ser ouvidos sempre com uma grande questão como a construção de hidrelétricas, e que, principalmente, o seu posicionamento seja acatado com absoluta respeitabilidade no cumprimento das questões que delas advierem.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte para que sejam realizadas avaliações visando a criação e instalação de um núcleo regional, desta Pasta, na Municipalidade de Campo Mourão.

Nos últimos anos tem se verificado um considerado crescimento cultural e esportivo em toda a região Centro-Oeste, polarizada por Campo Mourão onde se forma a COMCAM - Comunidade dos Municípios da Re-

gião de Campo Mourão abrangendo mais dezoito Municípios. As manifestações de caráter esportivo tem sido uma constante e, em praticamente em todas as cidades hoje são desenvolvidas várias competições das diversas modalidades existentes. Nesse mesmo setor esportivo, aquela região tem se destacado não somente em razão do que desenvolve a nível local, mas também nas ocasiões em que se realizam competições no âmbito estadual e nacional.

No que diz respeito a manifestação cultural os resultados alcançados nos últimos meses tem sido dos mais importantes, tendo em vista que atualmente são desenvolvidos ou organizadas peças teatrais (onde já existem dois grupos teatrais e mais um em formação), danças onde volta-se muito para o tema regionalista, aspecto que também se verifica nas manifestações musicais, etc.

No entanto, por outro lado, tais aspectos culturais e esportivos tem sido atingidos em face especialmente de um trabalho de base iniciado muito anteriormente, e, agora, começa, efetivamente, a trazer os primeiros e importantes resultados, tanto no plano cultural como no âmbito esportivo.

Há a necessidade portanto, que essa Secretaria de Estado da Cultura e do esporte, assegure o apoio através do incentivo e condições estruturais, as manifestações regionalistas, proposta esta que aliás, está muito bem planejada como meta de trabalho por essa mesma Pasta estabelecida.

Neste sentido, dentro da importância indispensável da interiorização da cultura e do esporte, e mais do que isto, a descoberta de valores locais, a criação de um núcleo regional da Secretaria da Cultura e do Esporte enquadra-se perfeitamente dentro de tais propósitos. Ademais, a existência de tal departamento na cidade de Campo Mourão, tem sido muito apoiada pelas lideranças existentes no meio cultural e esportivo, notadamente pelo Excelentíssimo Senhor Itamar Agostinho Tagliari, pertencente ao PMDB e Vereador daquele Município. Recentemente, quando da realização de mais uma Sessão Plenária da Câmara Municipal, este mesmo integrante daquela Edilidade manifestou por mais uma vez a importância incontestável de que seja instalado o referido núcleo.

Diante da exposição de motivos ora apresentados, espera-se desta Pasta a autorização da imediata criação e instalação do que é reivindicado, devido a importância do mesmo para toda a região de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1984

(a) RUBENS BUENO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Esta finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Incumbiram-me os Senhores Prefeitos de Guaratuba e Matinhos, respectivamente Acyr Braga e Mário Pock, que eu fosse porta-voz dos ilustres Prefeitos do litoral, notadamente dos dois já citados Guaratuba e Matinhos, de um agradecimento enfático que eles querem fazer ao Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, pelo comportamento do Secretário Deni Schwartz, em relação àqueles Municípios, no atendimento que tem sido dado, sem criar embaraços ou dificuldades e que culminaram com a liberação de recursos, isto em função da ingerência da Secretaria dos Transportes para recuperação da Praia Brava, com a construção de gabiões e recuperação do calçadão.

É esta a razão pela qual nos encontramos nesta tribuna, Senhores Deputados, para fazer este agradecimento, e que oxalá a Imprensa possa divulgar a pretensão, a vontade dos Prefeitos de Guaratuba e Matinhos, no que se refere ao mais profundo agradecimento que eles fazem ao Senhor Deni Schwartz. E eu, pessoalmente, reconheço méritos indiscutíveis na pessoa do eminente Deputado, licenciado para assumir as funções de Secretário dos Transportes, porque sou companheiro do Deni - já esta é a 3.ª Legislatura, e engrandece muito um político, um Parlamentar, um Deputado ao alçar à condição de Secretário de Estado, quando ele não vê, nos Prefeitos que ele ajuda, cores partidárias. Sabem os Senhores Deputados, que os Senhores Prefeitos de Guaratuba e Matinhos, são do PDS e tenho certeza que permanecerão nestas fileiras, não obstante o assédio de alguns políticos que querem vê-los no PMDB. Isto não ocorrerá, porque conheço a fibra dos Prefeitos Acyr Braga e Mário Pock, sei da vontade que eles têm da gratidão e da coerência em pertencerem, ao ficarem no partido que os elegeu prefeitos.

Esta é a razão da nossa presença nesta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, agradecer a Deni Schwartz, agradecimento que eu faço também em meu nome.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra do Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No mês de abril, apresentamos desta

tribuna um apelo às autoridades previdenciárias, no sentido de atenderem reivindicações das representações da Previdência Social, face ao disposto na Resolução conjunta INPS-INAMPS-IAPAS, sob n.º 47, de 1.º de abril de 1982. Estabelece as condições de funcionamento dessas firmas individuais, portanto, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade civil que desenvolvem serviços complementares da Previdência Social, junto à comunidade urbana e rural, facilitando sobretudo a concessão de benefícios em favor da clientela previdenciária.

A referida Resolução que determina condições contratuais às representações da Previdência Social, tornou-se anacrônica e inviável para a garantia do prosseguimento desses serviços, nos termos que estabelece.

Isto levou-nos a requerer nesta Casa, o envio de manifesto ao Ministro da previdência Social, Jarbas Passarinho, denunciando as preocupações que absorviam àquela época esses representantes, e em especial quanto ao reajuste anual da retribuição mensal dessa prestação de serviço, já que os reajustes de serviços e salários no País, têm no semestre o período de tempo consagrado para as devidas correções, diante de um processo inflacionário, descontrolado e corrosivo.

Na ocasião, pedimos o apoio as bancadas federais do Paraná, com assento na Câmara dos Deputados em Brasília, no sentido de intervirem junto àquelas autoridades previdenciárias, buscando as soluções desejadas por essas representações pelo muito que significam em benefício da melhor execução desse trabalho no âmbito dos Estados.

Alertávamos que o último reajuste salarial, o de julho de 83, ensejou uma correção da retribuição mensal de cinquenta e quatro, vinte e quatro por cento (54.24%), enquanto que no mesmo período o índice inflacionário alcançou a 180%.

Tomando-se como exemplo o grupo A, no elenco dessas representações - Em seguida, isto é, já no mês de maio, pela primeira vez o reajuste anual foi contrariado e as representações da Previdência Social receberam nova correção da retribuição mensal que fazem jus, compensando em parte a defasagem apontada.

Agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, através da Resolução do INPS, de 9 de outubro próximo passado, novos índices de valores de retribuição para as representações da Previdência Social foram fixados e vigoram, inclusive a partir do dia 1.º de novembro, possibilitando com a alteração de maio, uma correção de 138% no período em questão, para o mesmo grupo 4, tomado como referência explicativa.

Saliente-se que, no caso do Paraná, essas alterações de maio e de novembro, mesmo não alcançando os índices desejados, atenderam em parte as reivindicações dessas representações, atenuando consideravelmente a pressão sobre a Superintendência Regional do INPS, exercida pelos titulares dessas firmas, solicitando suspensão imediata dos contratos por absoluta inviabilidade financeira de manutenção dos serviços.

O que se espera a partir de agora é que o Plano de Ação para 1985, do INPS, que estabelece como objetivo a reorganização da rede de atendimento, visando a melhor utilização dos recursos disponíveis, possibilite no reenquadramento das representações da Previdência Social, a revisão das condições de trabalho dessas firmas individuais, quanto à consagração das correções semestrais e aos critérios de cálculo, restabelecendo com isso o entusiasmo inicial aos contratantes da Previdência Social, compatível com a importância e o significado desse trabalho em favor da clientela previdenciária em todo o Brasil.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O motivo que me traz a esta tribuna, neste momento, se por um lado causa satisfação, por outro me deixa uma ponta de tristeza.

Aqui estou para prestar uma homenagem, que tenho certeza não é somente minha, mas de todos nós Parlamentares, de todos os comunicadores, e principalmente de todos os radialistas e radiodifusores: estou aqui para prestar uma homenagem ao advogado, ao ex-Deputado, ao radialista, e muito especialmente à pessoa humana de alma generosa e coração bondoso que se chama ARTHUR GOTUZZO DE SOUZA.

Falar dele, render-lhe homenagens é sempre motivo de alegria e satisfação. Mas ao sabermos que ele está deixando as lides radiofônicas, deixa em todos nós uma ponta de tristeza. Consola-nos, entretanto, saber que ele se afasta dos microfones no auge de uma carreira de 44 anos, conservando o mesmo prestígio e o mesmo conceito.

Arthur de Souza fez com que o rádio não envelhecesse nem fosse ultrapassado, em que pese o avanço dos demais veículos de comunicação, especialmente os veículos eletrônicos, como seu maior concorrente: a televisão. Com Arthur de Souza, o rádio continuou moderno, atuante e acima de tudo útil, prestando elevado serviço à coleti-

vidade.

Essa extraordinária pessoa, esse grande profissional e admirável colega, dignificou e valorizou não somente o rádio mas também a profissão.

Arthur de Souza começou no rádio em 1940, na cidade Princesa dos Campos, a bela e querida Ponta Grossa. Começou com a mais explosiva das décadas deste século: ele é do tempo em que fazer rádio era acima de tudo um grande sacrifício, um grande ideal e quem os assim enfrentava, na certeza da vocação de servir, triunfava, assim como Arthur de Souza triunfou. Quatro anos depois de começar ele lançou o programa REVISTA MATINAL, um noticioso de orientação que ainda hoje está no ar. Essa foi a sua marca registrada, pois um identificava o outro.

Devido à sua vocação para servir o Paraná e os paranaenses, fez o povo de Arthur de Souza um Deputado, e ele honrou sobremaneira esta Casa por duas legislaturas. Arthur de Souza, que há mais de quarenta anos só tem sabido trabalhar, resolveu agora aposentar-se na prática, aposentar-se de fato. E para meu orgulho, ele resolveu encerrar tão brilhante carreira na rádio Colombo, que amanhã, terça-feira, reúne os amigos para dizer um "MUITO OBRIGADO" a Arthur de Souza.

Muito obrigado pelo exemplo que ele nos deixa, pela dignidade do rádio que ele construiu para todos nós que seguimos essa profissão; muito obrigado pela dignidade do mandato de Deputado, pela dignidade da profissão de advogado.

Esta homenagem não é só minha. É de milhares e milhares de paranaenses que há mais de 4 décadas sabem que Arthur de Souza é e continuará sempre, UMA VOZ AMIGA NOS LARES DO PARANÁ E DO BRASIL. Uma voz amiga em todos os corações.

Muito obrigado pelo trabalho realizado e pelo exemplo; exemplo ao Paraná legado."

MUITO OBRIGADO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Nesta última semana, soubemos através da imprensa que o Frigorífico Swift-Armour, de Livramento, no Rio Grande do Sul, está paralisando suas atividades e demitindo 2.800 funcionários, sob a alegação de que falta matéria-prima para industrialização.

Este fato, Srs. Deputados, apesar de estar ocorrendo no Estado do Rio Grande do Sul, traz graves conseqüências ao Paraná e a outros Estados brasileiros que se dedicam à atividade pecuária. Conforme denúncia do Presidente do Sindicato Rural de

São Gabriel e membro do Conselho Nacional de Pecuária de Corte, Geraldo Pereira de Souza, a atitude do Frigorífico Swift-Armour de forma alguma se justifica pela ausência de matéria-prima, pois as cooperativas atualmente têm estoques suficientes para abastecer o mercado de carne, sendo esta mais uma manobra dos frigoríficos, que se utilizam do problema social que a dispensa em massa dos operários irá determinar, para que o governo libere a importação de carne em regime "draw-back" do Uruguai.

E esta manobra, Srs. Deputados, tem a única finalidade: obter para os frigoríficos carne a preços mais baratos que os do mercado interno, pois a carne importada do Uruguai não paga ICM, IPI e FINSOCIAL, entre outros impostos. Não importa aos frigoríficos e às multinacionais se essa medida, que só favorece a si próprios, venha causar sérios prejuízos à pecuária brasileira. A eles só interessam os lucros exorbitantes, mesmo que para isso tenham que usar o sujo expediente de jogar na sarjeta milhares de famílias.

E a nossa preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não ocorre apenas em função desta denúncia, mas também devido aos precedentes semelhantes a este já ocorridos em nosso país.

Recentemente vivenciamos estarecidos a autorização dada pelo Governo brasileiro de importação de gordura suína animal, quando haviam estoques suficientes dessa gordura nas cooperativas paranaenses, o que veio causar sérios prejuízos à suinocultura de nosso Estado. E agora estamos novamente vivenciando mais uma ameaça idêntica, só que desta vez com a pecuária.

A nossa preocupação maior, Srs. Deputados, é que parece que o Governo brasileiro vem se comportando de maneira no mínimo altamente suscetível à pressão dos frigoríficos e das multinacionais, colocando-se contra o desenvolvimento dos interesses das atividades econômicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, está se tornando prática comum a ocorrência deste triste espetáculo proporcionado pela CACEX e que não contribui em nada para o desenvolvimento de nosso país. Portanto, solicitamos a esta Casa de Leis, através de requerimento enviado à Mesa, que seja enviado telex ao Diretor da CACEX, Carlos Viacava, que adote medidas no sentido de impedir que esta medida danosa aos nossos interesses seja concretizada".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, apelo, no sentido de que seja destinado à implantação do Sistema Estadual de Creches, o Erário resultante do aumento de 1% sobre o ICM".

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição procede do acordo havido entre Governo e Parlamentares, sobre a destinação para obras sociais do Erário resultante do aumento de 1% no ICM.

Na condição de legítimos representantes do povo, cumpre-nos assumir a responsabilidade de analisar a situação criticamente, discutindo a inadequação e propondo soluções dentro de um critério de prioridades. Não se pode jogar para que a comunidade assuma o que cabe ao Estado, a comunidade paga seus impostos e exige que haja uma efetiva atuação frente ao drama da criança pobre. Uma realidade que não podemos deixar de considerar e embora não possamos solucionar o estado de miséria, exploração e abandono em que se encontra o nosso povo, a herança maldita gerada pelo modelo milagroso de desenvolvimento que a revolução nos legou.

Cada momento de espera é irreversível. As pequenas vítimas enchem os hospitais de queimados, sofrem agressões que deixarão suas marcas gravadas para sempre, na carne e na alma.

É necessário que se insista na primeira infância com a maior urgência. É prioridade gritante. Pouco valerá oferecermos a merenda escolar à criança já debilitada, com seqüelas psíquicas e físicas que irão deixando-a sempre para trás, constrangida, humilhada ou revoltada.

Os pedagogos são unânimes em afirmar que a fase pré-escolar é fundamental para o desenvolvimento físico e mental.

A criança não é auto-suficiente e na medida em que a família não tenha condições de cuidar dela, seja por qual motivo for, deve o Estado ampará-la.

Apenamos no sentido de que assim que seja sancionado o Projeto de Lei que cria o Sistema Estadual de Creches execute-se a sua imediata implantação, iniciando-se o projeto pelas áreas que se evidenciarem de maior carência.

Quando falamos de creches estamos nos referindo a ambientes adequados ao desenvolvimento integral, com orientação pedagógica, assistência alimentar e médica. A observação prende-se ao fato de proliferarem os estacionamentos de crianças onde os pequeninos são apinhados e deixados sob os cuidados de pessoas não especializadas, algumas vezes bondosas, mas que em alguns casos as maltratam, jogando sobre elas suas insatisfações.

Não basta dar-lhes a comida e vigiá-las. É preciso que no mínimo não se tolha

seu desenvolvimento, permitindo que ensaiem a vida em comunidade num ambiente saudável e alegre.

É sabido (os países desenvolvidos podem servir de exemplo) que vale a pena investir na primeira infância, não esquecendo logicamente os programas de assistência à gestante pobre.

Reafirmamos ser de fundamental importância a assistência integral à criança, principalmente nos primeiros anos de vida, considerando os fatores interligados que passamos a expor e que tendem a se intensificar:

- O alto índice de mortalidade infantil por falta de condições mínimas de saúde e alimentação, além das condições da mãe durante a gestação.

- Os acidentes de várias naturezas de que são vítimas crianças, que permanecem sozinhas ou sob os cuidados de outras crianças, enquanto os pais trabalham ou permanecem hospitalizados.

- Considere-se, por exemplo, "os números" do Hospital de Queimados ou Clube da Soda.

- Considere-se no meio rural, as crianças mordidas por cobras, devoradas por animais (vários casos constatados) e vítimas de insolação ou pneumonia por ficarem expostas às variações climáticas ou ainda sujeitas aos venenos usados na agricultura.

- As crianças que deixam de freqüentar a escola porque cuidam dos irmãos menores, na ausência da mãe que trabalha.

A implantação do sistema estadual de creche junto à rede escolar, numa atuação conjunta das várias Secretarias de Estado possibilitaria:

- Assistência alimentar, médica e educacional a um grande número de crianças carentes, das zonas urbana e rural.

Estima-se em 150.000 o número de crianças carentes em fase pré-escolar no Estado.

- Condições para as mães trabalharem fora de casa concorrendo para a melhoria da renda familiar.

(A oferta maior de trabalho, no momento, é de empregada doméstica, sendo que algumas ajudam o companheiro em trabalhos como jardinagem, carpintaria, construção e até coleta de lixo urbano).

- Campo de treinamento profissional dos formandos nas áreas da saúde, pedagogia e Assistência Social.

Estágios gradativos remunerados que serviriam à triagem dos funcionários que integrarão o quadro de funcionários.

- Convênios com as Universidades e Instituições de Ensino Profissionalizante para a Coordenação dos Estágios.

- Repasse de dotações orçamentadas referentes às obrigações sociais das empresas.

- Descentralização do atendimento à clientela, formando núcleos para a futura escola integrada, incentivando a vida comunitária.

- Envolvimento da comunidade na construção dos agregados ou adaptação dos espaços disponíveis, quando for o caso.

- A orientação dos pais por assistentes sociais, educadores sanitários ou pedagogos, por ocasião das reuniões dos usuários desse serviço.

A realização desse plano integrado, seria sem dúvida um processo dinâmico de geração de possibilidades crescentes, atendendo a uma das metas prioritárias do Governo José Richa - a melhoria da qualidade de vida."

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos oportunidade de acompanhar pelo jornal "O Estado do Paraná", datado de 04 de novembro, declarações do Deputado Federal, Renato Johnson, afirmando que os ônibus que transportam turistas, estariam deixando de trafegar com destino a Foz do Iguaçu, em virtude de inúmeros assaltos que estavam ocorrendo nas proximidades de Laranjeiras do Sul. Esta declaração é do dia 4 de novembro. No entanto, ao considerarmos estas declarações espontâneas e afirmarmos que o Deputado Federal ora mencionado talvez devido ao seu trabalho em Brasília, não vem acompanhando o que realmente ocorre e acontece em nosso Estado. Porque no dia 28 próximo passado, o Delegado de Polícia de Laranjeiras do Sul, Dr. Antonio Boscardin, efetuou a prisão da quadrilha que assaltava nas proximidades de Laranjeiras do Sul, na madrugada do dia 28 próximo, como citei, elementos desconhecidos, em número de 7, após colocarem troncos de madeira no asfalto, fizeram com que um ônibus da Empresa Sul Americana, que fazia o trajeto Curitiba-Foz do Iguaçu, parasse. E após dominarem os motoristas e passageiros, roubaram jóias, dinheiro e outros pertences.

Nessa mesma noite, o Delegado de Polícia de Laranjeiras do Sul, repito, Dr. Antonio Boscardin, efetuando diligências, conseguiu prender esta quadrilha, e acredito agora, acabando de vez com os assaltos a ônibus, que ocorriam naquela região. E aproveitamos a oportunidade, para mencionar desta tribuna, que esses assaltos já vêm se perdurando através dos anos, e que agora, graças ao tino policial, do Dr. Antonio Boscardin, conseguimos prender os indivíduos, que vinham realmente deixando em polvorosa os habitantes da região e os

ônibus que por ali trafegavam. Portanto, fica aqui este esclarecimento e, aproveitando a oportunidade, para nos congratularmos com aqueles policiais, com o Diretor da Polícia Civil e com o Secretário da Segurança Pública, porque, realmente, vínhamos solicitando maior empenho dos policiais, para desvendar aqueles assaltos que vinham ocorrendo.

Portanto, fica aqui caracterizado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Diretor da Polícia Civil e especialmente, ao Delegado de Polícia do Município de Laranjeiras do Sul, Dr. Antonio Boscardin, as nossas congratulações, os nossos parabéns, pelo seu trabalho eficiente e que assim continue, para que o povo da região possa ter uma vida tranqüila daqui por diante, e para que os ônibus que por ali trafegam não tenham mais este tipo de preocupação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Registro com satisfação, a presença nesta Casa, do Vereador de Paranaguá, Massami Takaiama.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"No último dia 7, o Deputado Orlando Pessuti subiu a esta tribuna e tal qual um ventríloquo, proferiu um discurso contra a Diretoria da Associação dos Agrônomos do Paraná e por conseguinte contra a maioria esmagadora dos engenheiros agrônomos".

O Sr. Sabino Campos - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PAULO FURIATTI - Na sequência. Proferiu um dos discursos mais reacionários e rançosos que tenho conhecimento.

Disse o Deputado, "não admitir que uma turminha prossiga com este tipo de atitude. O Representante do povo, censurando uma entidade civil e independente e uma das mais organizadas. Que turminha é essa que nas últimas eleições diretas, saiu de casa para votar em chapa única. Que turminha é essa que dos 100% dos sócios habilitados, 70% votou espontaneamente e destes 89% referendou o nome de Valdo Cavalet. Que turminha é essa que representa 3000 Engenheiros Agrônomos e que neste último sábado, todos os 23 núcleos, por unanimidade, endossaram o discurso do presidente Valdo Cavalet?

Disse o Deputado: "As poucas matas de propriedade particular, na sua maioria, constituem reservas protegidas pela classe que sabe valorizar a árvore, a dos madeiros ...". Sabem valorizar, Senhor Depu-

tado. Cortando-as e vendendo-as. Disse ainda: "Setor madeireiro que quer ampliar a tarefa de gerar novos empregos ...". Gerar novos empregos, como faz o atual Presidente da Associação dos Engenheiros Florestais, Luciano Pizzato, incentivador da criação do Instituto Florestal e proprietário da "Capp", empresa de reflorestamento que foi denunciada no dia 27 de setembro, porque alimentava regime de escravidão branca na localidade de Pedra Preta, em Cerro Azul. Empresário que foi, denunciado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Ponta Grossa junto ao CREA, conforme notícia do "Estado do Paraná" de ontem, página 18. Sugeriu o Deputado: "que os adeptos da seita da "ecologia verde" devem ir para a Amazônia, ouvir o canto dos passarinhos, para fugir do conflito, pois lá não existe desemprego ...".

Como presidente da Comissão de Ecologia e do Meio Ambiente desta Assembléia, repudio tais afirmativas e entendo que o Deputado deve estar ultimamente lendo muito as argumentações das multinacionais poluidoras que devem estar delirantes pelo seu porta-voz, pois os argumentos são idênticos. Infelizmente o baixo nível das suas argumentações dificulta em muito a discussão. Por esta razão, a AEAPR limita-se a responder os ataques através da coesão dos seus membros e de carta do seu presidente Valdo Cavalet que passo a ler em seguida: (Lê):

"Senhor Deputado:

Tomei conhecimento do pronunciamento de Vossa Excelência na tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, em 07 de novembro corrente, no qual várias críticas são dirigidas contra a minha pessoa na qualidade de Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná-AEAPR, assim como ao comportamento político-profissional que a categoria dos Engenheiros Agrônomos assumiu quando democraticamente votou, por esmagadora maioria, num Programa de Ação e numa Diretoria para implantá-lo.

Suas críticas apresentam inúmeras inconsistências e contradições e, antes de tudo, caracterizam-se por equívocos elementares quanto ao exercício da prática democrática. Saliento que sua aversão manifesta contra o radicalismo significa o receio de mergulhar na raiz dos problemas da crise nacional que enfrentamos, de buscar no fundo das questões econômicas e sociais as determinações que regem as práticas da sociedade. Ora, as superficialidades mascaram as causas dos problemas e politicamente favorecem o exercício do populismo alienador que manipula as demandas populares a favor de grupos ou segmentos sociais minoritários.

Quando Vossa Excelência destaca que a Diretoria da AEAPR, através de minha pessoa como seu Presidente, arvora-se em vigilante do Governo Estadual, quer me parecer que o Senhor Deputado nega a liberdade de crítica, o direito constitucional da livre manifestação da opinião e a possibilidade de reparos às práticas de Governo.

Essa postura de Vossa Excelência é surpreendente, enquanto integrante de um partido político que defende infatigavelmente princípios democráticos e populares, e que tem no apelo do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. José Richa, tal confirmação histórica ao reiterar publicamente que deseja um comportamento crítico da comunidade paranaense e das entidades profissionais. E, não poderia ser diferente o comportamento de um representante popular eleito pela maioria esmagadora dos seus concidadãos.

As posições políticas e profissionais assumidas há muitos anos pelos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná sempre foram claras, firmes e elaboradas democraticamente pela AEAPR e pelas inúmeras entidades da sociedade civil às quais tem se integrado. Não se pautou pela parcialidade ou pela defesa intransigente de interesse de grupos minoritários. Foi e é intransigente e radical na defesa dos interesses democráticos e populares da maioria da população do Estado do Paraná e do País.

Os Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, assim como outras categorias profissionais, sempre estiveram ao lado das principais manifestações populares em defesa da democratização do País. Enfileiraram-se, não raras vezes na vanguarda, nas lutas contra o autoritarismo em favor da anistia ampla, geral e irrestrita, da livre manifestação popular e contra a censura de imprensa, pela justiça social, pela reforma agrária, pela defesa dos recursos naturais e do meio ambiente, enfim, pela reconstrução de uma sociedade mais justa e soberana.

Não foram os casuísmos que orientaram as decisões da AEAPR. Consciente de seu papel no conjunto da sociedade enfrentou, ainda que com inúmeros sacrifícios mas, também, com enorme solidariedade, o obscurantismo dos oportunistas, dos políticos de ocasião, daqueles que alçam sua voz apenas para defender ou apoiar iniciativas isoladas de grupos econômicos ou de interesses secundários.

Vossa Excelência, Senhor Deputado, ao criticar meu discurso de posse na Presidência da AEAPR, ainda que ensaiando dissimular tal objetivo procurou desmoralizar uma entidade profissional, que é a AEAPR, e a sua Diretoria, prestando um desserviço à causa da organização e do fortalecimento das entidades representativas populares que o partido político do

qual Vossa Excelência é representante coloca como uma das principais bandeiras democráticas.

Ao mesmo tempo, Senhor Deputado, Vossa Excelência comete a injustiça de esquecer os longos anos de luta contra o autoritarismo e o atual modelo agrícola em que os Engenheiros Agrônomos e a AEAPR estiveram empenhados. Esta entidade foi parte integrante do processo de conscientização da opinião pública sobre diversos dos mais graves problemas brasileiros, e diversas propostas emanadas das entidades de Engenheiros Agrônomos converteram-se em prioridades governamentais das oposições brasileiras. Dentre os aspectos da realidade agropecuária apontados nestes últimos anos, posso ressaltar as seguintes questões e propostas de solução:

- . a marginalização, empobrecimento e desaparecimento das pequenas propriedades e a conseqüente concentração fundiária, êxodo rural e favelização. Daí a nossa defesa de mudança de prioridades na política agrícola a favor da reforma agrária.

- . inadequação tecnológica, caracterizada pela introdução indiscriminada de tecnologias inadequadas à nossa realidade, seja no que se refere à mecanização como questão dos agrotóxicos e adubos químicos. Propostas: tecnologias alternativas, disciplinamento dos agrotóxicos, controle biológico de pragas, tração animal, exploração integrada de lavouras, pecuária e florestas, etc;

- . prioridade dada pelos Governos pós 1964 à produção explorável, a qual marginalizou a produção alimentar para o mercado interno, atingindo diretamente o pequeno produtor e os consumidores. Propostas: mudança na oferta agrícola e na política de abastecimento alimentar;

- . autoritarismo político que impediu a participação dos agricultores e trabalhadores rurais na formulação da política agrícola, que distorceu pela repressão o ensino profissional, a pesquisa agrônômica e a representatividade das entidades profissionais. Propostas: apoio pleno à redemocratização.

- . a distribuição dos recursos naturais pela irresponsabilidade governamental causando erosão do solo, degradação das águas e devastação da cobertura florestal. Propostas: Programa de Manejo Integrado dos Solos e das Águas, disciplinamento da exploração florestal, controle dos agrotóxicos.

Estes temas foram objeto de amplos e aprofundados debates públicos, os quais a AEAPR vem promovendo só ou em iniciativas conjuntas com outras entidades desde 1977, dentre as quais destaco as mais relevantes:

- . encontros estaduais de Engenheiros

realizados em 1977, 1978, 1980, 1982 e 1984, sempre com a presença de centenas de profissionais. Divulgação de documentos conclusivos abordando os principais temas da atualidade, muitos dos quais anteriormente referidos;

- . promoção do Congresso Brasileiro de Agronomia em 1979, em Curitiba;
- . promoção do Encontro sobre Reforma Agrária em Curitiba, em 1980;
- . promoção do 1.º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa em Curitiba, em 1981;
- . promoção do IV Seminário Nacional de Política Agrícola, em 1983;
- . ciclos de debates sobre políticas Agrícolas nos Núcleos do Interior do Estado;
- . implantação do Receituário Agrônomico.

Ora, Senhor Deputado, o objetivo implícito de Vossa Excelência em desmoralizar a AEAPR, como entidade, e os Engenheiros Agrônomos como profissionais, está presente na forma pejorativa, quando apresenta, entre outras, o que chama de "posições" da AEAPR. Com isso presta um desserviço a todas as categorias profissionais do setor agrário, cuja competência tem sido pisoteada (é uma das causas do fracasso do atual modelo agrícola) e que hoje ensaiamos reabilitar.

Vossa Excelência que ciosamente defende o Programa de Microdestilarias, contra os reparos que a ele fez, deveria lembrar-se de ser também cioso quando se realizou no primeiro semestre deste ano o Seminário sobre Microdestilarias, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do qual Vossa Excelência é membro, mas que lamentavelmente sua participação se resumiu em comparecer para o encerramento de tão importante evento. Naquela oportunidade expus as opiniões dos Engenheiros Agrônomos, sempre de forma independente de interesse de grupos econômicos e fiel aos compromissos que assumimos no decorrer das lutas de democratização do País.

As opiniões da AEAPR sobre os Programas do Governo Estadual tem sido sistematicamente tratadas com o próprio Governo, e levados diretamente ao Excelentíssimo Senhor Governador. Assim não há razões para plemizarmos com Vossa Excelência sobre tais temas.

Entretanto, desejo enfatizar que as observações formuladas pelos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, aos Programas do Governo José Richa são de relevância secundária se as confrontamos com as grandes conquistas que o Programa Democrático e Popular do atual Governo obteve, em especial referência à sensibilidade com que privilegiou as questões sociais da agricultura paranaense, expressa em pro-

postas objetivas como:

- . tecnologias alternativas, como o Programa de Tração Animal, Programa Hortigranjeiro para a Região de Curitiba e Manejo Integrado de Pragas;
- . Programa de Manejo Integrado dos Solos, o qual se constitui hoje na maior realização de conservação de solos da América Latina;
- . o controle dos agrotóxicos;
- . a política de abastecimento alimentar;
- . a política agrária com os programas de assentamentos de agricultores Sem-terra.

É extamente nesse contexto de realização e de participação democrática mantido no mais alto nível de interlocução, entre a AEAPR e o Governo estadual, que Vossa Excelência ensaia insidiosamente as suas críticas do dia 7 passado e procura rebair o diálogo para exercícios de retórica impertinentes e oportunistas.

É impertinente, lamentável a expressão do mais descabido oportunismo Vossa Excelência apelar para primarismos como a "ideologia do verde". Por acaso o pragmatismo do Senhor Deputado é similar àquele das empresas nacionais e multinacionais que devastam a Amazônia brasileira (tema que Vossa Excelência aparenta jejuar ao afirmar que naquela Região não há desemprego), àqueles grandes grupos econômicos que criam um desastre ecológico como a cidade de Cubatão no Estado de São Paulo, ou mesmo uma poluição ambiental como a cidade de Araucária no Paraná? Ou, por outro lado, acredita Vossa Excelência que dezenas de milhões de pessoas e milhares de organizações populares, em todo mundo, que denunciam a devastação florestal, a degradação do meio ambiente, a poluição dos rios, do ar e dos alimentos, enfim, a própria degradação da vida são, também uma "turminha" de românticos como puerilmente Vossa Excelência trata a Diretoria da AEAPR e os Engenheiros Agrônomos do Paraná?

Isso, Senhor Deputado, para não me colocar no nível da politicalha do autoritarismo quando Vossa Excelência, referindo-se a ideologia do verde, acrescenta "para não falar das outras cores" (sic). Esse patrulhamento ideológico e político soa como o argumento dos incompetentes e facistas, tão ao modo dos governos destes últimos 20 anos de ditadura.

Tudo leva a crer que Vossa Excelência enseja fomentar o divisionismo entre as oposições; ao acreditar que os Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná ingressam só agora nas lutas pelas liberdades democráticas e não estão atentos à mesquinhez política. Os Engenheiros Agrônomos e a AEAPR desde há muito tempo empunharam as bandeiras

ras das oposições, ombreados a políticos de primeira grandeza como o Governador José Richa. A franqueza e a lealdade políticas sempre pautaram os comportamentos combativos. Quando as intenções são sociais e límpidas não há o que camuflar, pois, foi um longo caminhar que revelou aqueles pares que consolidaram e vem consolidando as vitórias das oposições neste País.

Não foram, nem o serão, os arroubos de ocasião que enfrentaram durante anos a ditadura tecnocrática militarista implantada neste País, exatamente em nome de algumas idéias travestidas de cunho democrático e popular mas que sabemos bem representavam interesses espúrios dos capitais multinacionais e de grupos econômicos brasileiros com eles comprometidos. E, aí está hoje o lamentável resultado, das práticas insidiosas e oportunistas revestidas do apelo popular, expresso na crise econômica e na pobreza de nosso povo.

As idéias que expressei no meu discurso de posse da Presidência da AEAPR representavam a opinião dos 8% dos Engenheiros Agrônomos do Paraná que sufragaram a Diretoria que hoje presido.

O Conselho Normativo da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, órgão que reúne todos os Núcleos Regionais da AEAPR, em documento que anexo, não deixa qualquer dúvida sobre a legitimidade das minhas opiniões expressas formalmente no referido discurso.

Nossas proposições políticas e profissionais não são formuladas nos carpet das burocracias, nem são produtos de vésperas mal dormidas. Forjadas no confronto direto com os problemas da agricultura, do agricultor e dos demais cidadãos do Paraná e do País, através da intensa participação nas suas lutas e nas suas entidades de classe, mantém a coerência de princípios e unidade na ação que resistem incólumes aos respingos, que os grupos de interesses endereçam contra as entidades populares, através de seus ventríloquos de plantão.

Finalmente, Senhor Deputado, seria de todo desejável que Vossa Excelência aproveitasse seus pronunciamentos na tribuna da Assembléia Legislativa para defender os problemas da agricultura e do agricultor, os quais não são poucos nem recentes, e encaminhasse soluções que digam respeito aos anseios populares e não aos interesses secundários e particulares que nunca contribuem positivamente para cumprir o objetivo maior de se fazer deste Estado e deste País uma efetiva democracia.

Atenciosamente.

(a) Eng.º Agr.º VALDO JOSÉ CAVALET
Presidente da AEAPR.

O Sr. Sabino Campos - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço a Vossa Excelência pelo aparte, e queria, nobre Deputado, acrescentar alguma coisa a mais, ao seu pronunciamento.

Teria dito o nobre companheiro e particular amigo nosso, Deputado Orlando Pessuti, chamando, a classe de Engenheiros Agrônomos, de Classe Corporativista.

Eu queria aqui trazer o meu testemunho, eis que neste final de semana estiveram no Oeste do Paraná, em nossa cidade de origem, Toledo, onde, nos últimos dias, foi realizado um Curso de Toxicologia ao qual participaram mais de 120 técnicos, entre os quais, Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas, Médicos e em torno de 15 Médicos Veterinários; e, veja bem, nobre Deputado, o Professor que ministrou esse curso - é, nada mais nada menos, que, o nosso particular amigo e Médico Veterinário Doutor Paulo Sampaio! Então, nos preocupa quando acusam a classe, de corporativista, quando nós vemos, na cidade de minha origem, no Núcleo da Associação de Engenheiros Agrônomos onde tive a honra de ser Presidente, e Tesoureiro, não existir nada disso. O que nos preocupa é que, quando falam, é que são pessoas mal-informadas da realidade junto às bases, junto aos colegas que estão, no dia a dia, labutando no campo.

Eu queria também, nobre Deputado, acrescentar alguma coisa mais: que, na nossa classe, dos Engenheiros Agrônomos sempre que alguma proposta faz ao Governo, sempre o faz, após ouvir as bases - como foi o caso do Programa Integrado do Manejo do Solo, que se iniciou, para felicidade nossa, no Município de Nova Santa Rosa, na região de Toledo, encampada pelo Núcleo dos Engenheiros Agrônomos de Toledo, encampada pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, levada como sugestão, da Secretaria da Agricultura, e, hoje, adotada pelo Governo José Richa; como também, os Projetos aqui apresentados, entre eles o dos Agrotóxicos que o nobre companheiro, Deputado Orlando Pessuti foi um dos autores, nós levamos à Classe Agrônômica em todo o Interior do Estado, para que desse sugestões para que esse Projeto realmente fosse de alcance total; é no caso do Código dos Solos, apresentado por Vossa Excelência e por minha pessoa, que também levamos às bases, para que dessem a sua contribuição. A nossa Associação, sempre que tem alguma coisa a apresentar, apresenta, qualquer Programa, a qualquer Governo, ouvindo aqueles que realmente trabalham e labutam junto com o produtor rural, não como algumas classes que, apresentam Programas elaborados pela cúpula, sem ouvir as bases, e querem que o Governo adote!

Então, esta é uma grande preocupação da nossa Associação, nobre colega Deputado.

do Paulo Furiatti - sempre, apresentar alguma coisa, baseada com dados da agricultura, dos produtores e dos técnicos ligados a esse setor, para que realmente tenha suporte para que um Governo possa adotar essas medidas..

Portanto era somente isto que eu desejaria acrescentar ao seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI - Agradeço o aparte do nobre Deputado Sabino Campos, referente a esta posição.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Edgard Pimentel, por 15 minutos.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Foi chegado o momento de denunciar à opinião pública do Paraná e do País uma campanha sórdida que se desenvolve em alguns setores parlamentares não identificando com os melhores desejos e aspirações nacionais de progresso e desenvolvimento, livres de quaisquer submissões, especialmente no campo internacional, onde poderosas empresas, verdadeiros gigantes da ganância e do lucro fácil, procuram esmagar a concorrência nacional que começa a conquistar espaços no mercado mundial.

É intolerável constatar a presença de alguém nessa desprezível conduta, especialmente quando se trata de pessoa que recebeu um mandato do povo paranaense e esta a traí-lo eis que passou a atuar contra os mais legítimos interesses do nosso povo e do nosso Estado, transformando-se num vil agente do pior capitalismo - o capitalismo das multinacionais que não vêem outro interesse senão aquele fundamentado na voracidade do lucro à custa do suor dos nossos trabalhadores e que vai se transformar nos fabulosos rendimentos dos miliardários vivedores nos centros da desenfreada agiotagem e outros chamados paraísos da rapinagem internacional.

É difícil de acreditar como pode um mandatário paranaense se voltar contra o árduo trabalho do nosso povo e do nosso empresariado para servir a interesses tão antinacionais e antiparanistas. Só mesmo algum propósito inconfessável, escondido no mais abjeto dos porões onde a marca é a ausência de caráter, é que poderia abrigar manifestações irresponsáveis como a que acaba de fazer na Câmara Federal o Deputado Renato Loures Bueno, do PMDB, que,

num estranho pronunciamento para um médico, investiu contra produtos alimentícios de origem paranaense, acusando-os de contaminação por resíduos de pesticidas organoclorados, organofosforados e elementos metálicos em óleos e gorduras vegetais largamente consumidos pela população brasileira.

Disse que o Deputado Renato Bueno foi irresponsável em suas afirmações porque ignorou que produtos por ele denunciados, originários de empresa instalada no Paraná, não se encontram nas condições mencionadas pelo representante do PMDB, mas, na verdade, obedecem aos mais elevados padrões de saúde, inclusive internacionais, padrões que os recomendam para consumo em todo o mundo. Acusá-los do contrário, só mesmo, como fez o Deputado peemedebista, estando a serviço das multinacionais que não desejam enfrentar a concorrência de produtos brasileiros.

É inconcebível o procedimento desse representante paranaense, e só algum interesse escuso seria capaz de justificar que ele ignorasse o alto padrão de salubridade dos produtos Sadia, indústria genuinamente nacional que abastece o mercado interno e começa a conquistar mercados internacionais, competindo em diversas áreas do mundo e conquistando mais divisas para o Brasil. Basta mencionar, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, que a Sadia, alvo das investidas desse novo agente das multinacionais, responde, sózinha, por 45% das exportações brasileiras de frangos - essa nova e importante ponte dos negócios brasileiros com os países árabes que, por disporem de grandes reservas de dólares, sofrem toda sorte de investidas do capitalismo selvagem das multinacionais.

Devo acentuar que a Sadia, que responde também sózinha por 1% de todas as exportações brasileiras, proporcionou ao Brasil divisas no montante de 265 milhões de dólares, este ano, em exportações. É a única produtora mundial de carnes e derivados que mantém um posto de informações gratuito sobre a qualidade dos seus produtos, podendo receber solicitações telefônicas de quaisquer partes do mundo.

Em defesa do bom nome dos produtos paranaenses, que já estão assegurando mercados consumidores no exterior, devo destacar que todos os produtos Sadia estão conforme as exigências do Instituto Tecnológico de Alimentos, da Organização Mundial de Saúde e da FAO, organismo das Nações Unidas voltado para as atividades de alimentação.

É estranho que o Deputado Renato Bueno, pertencente ao PMDB, do Paraná, esteja já a fazer campanha contra as indústrias de produtos de alimentação sediadas no Oeste Paranaense, contrariando os interes-

ses do Estado e do seu povo, inclusive o empenho da Secretaria da Indústria e Comércio, do Governo do PMDB, que também está empenhada em ampliar o mercado externo para os produtos paranaenses, como parte do esforço brasileiro para aumento das exportações. É público o rigor que se exige para produtos importados, particularmente pelos países árabes.

Eu indago, Senhor Presidente e Senhores Deputados: existe por acaso fundamentação em algum laudo da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, sob as denúncias emitidas pelo eminente Deputado Renato Bueno? Ou, simplesmente ele fez graciosamente, sem medir a dimensão e a gravidade das acusações contra a empresa que gera emprego, que promove o desenvolvimento e que gera divisas para o Paraná e para o Brasil?"

Concedo o aparte ao eminente Deputado Ailton Cordeiro.

O Sr. Ailton Cordeiro- Ilustre Deputado Edgard Pimentel. Permito-me fazer dois depoimentos, após ouvir o pronunciamento de Vossa Excelência. O primeiro, sobre a seriedade da conduta de Vossa Excelência, neste Poder. A defesa intransigente que faz dos valores nacionais e dos valores paranaenses em particular. Recentemente, ainda quando do episódio da estadualização da Faculdade de Cascavel, Vossa Excelência demonstrou de uma forma muito clara, muito meridiana, o apego que tem pelos assuntos de interesse do nosso Estado.

Sobre a Sadia, eu aplaudo Vossa Excelência pela defesa que fez desta grande empresa nacional. Recordo-me de uma visita que fiz à Sadia - em Toledo - aproximadamente três anos, convidado por um dos seus Diretores, Senhor Pedrinho Furlan, e senti com muita clareza o cuidado que a Sadia tem com a higiene, com a salubridade, com os recursos colocados à disposição dos seus trabalhadores e com o cuidado que exerce sobre a matéria prima que acaba por ser industrializada e colocada no mercado nacional e internacional.

E, lamento também, pela denúncia que faz Vossa Excelência que estejam agindo contra a Sadia, agentes de multinacionais, que defendem o capital internacional contra empresa de capital estritamente nacional. Não só para a economia de Toledo, mas como para a economia do País, a Sadia tem uma importância muito grande. E é importante lembrar também que o Ministério da Agricultura tem toda uma estrutura para exercer um poder de fiscalização sobre empresas como a Sadia. E, se até o momento o Ministério da Agricultura que tem sido rigoroso nessa questão nada constatou, eu creio que a denúncia feita pelo Deputado Federal Renato Bueno que direta ou indire-

tamente tem alguns vínculos com empresas alimentícias, eu lamento que tenha partido de Sua Excelência esse tipo de denúncia.

E cumprimento Vossa Excelência pela defesa de interesses da economia do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Ailton Cordeiro. E, em continuação, devo destacar ser público o rigor que se exige para produtos importados, particularmente pelos países árabes, nossos grandes consumidores de frango, e eu atribuo a campanha ou a revelação, ou a denúncia do Deputado Renato Bueno, que vem somente prejudicar o conceito das nossas exportações, ou talvez esteja ele a atender possíveis interesses que provavelmente mantêm com indústrias competidoras das Sadias e outras instalações no Paraná, pois que, diante dos argumentos aqui expostos, que atestam o elevado padrão de salubridade do que é produzido pela Sadia do Paraná, não se justifica o seu procedimento, procurando comprometer a elevada qualidade da produção paranaense, a não ser como acentuei no início, que o Deputado Renato Bueno, além de interesse oculto esteja a atender, esteja a serviço de interesse das empresas multinacionais, que estão a engendrar campanhas alarmistas entre os consumidores para afastar a concorrência, para impedir a competição de produtos brasileiros originários do Paraná, tanto no mercado interno como no atraente mercado internacional.

Com as suas falsas denúncias, que o Deputado Federal Renato Bueno fez, foi um desserviço ao Brasil e um desserviço ao Paraná e ao seu povo que, por um equívoco, outorgou-lhe um mandato, que se pode afirmar, está muito longe de ser honrado".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Consulto à liderança do PDS se fará uso do restante do seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Fará uso do restante do tempo, o Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós agradecemos primeiramente ao nosso Líder e ao ilustre Presidente que nos outorgou a palavra. Voltamos novamente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a falar sobre a sucessão presidencial.

O PMDB do Paraná e do Brasil quer mudança. Mas, já dizia Agnaldo Timóteo, como mudar com Sarney? Como mudar com o Vice-Presidente Aureliano Chaves? Como mudar com o caçador, o homem que cassou o nosso grande Deputado Alencar Furtado?

Como podemos, Senhor Presidente, a não ser rememorar a frase do adágio popular, "o que vai mudar é a coleira, a cachorrada é a mesma".

Como mudar com Falcão, o caçador? Como mudar com o homem da Bahia, o homem temido pelo PMDB da Bahia? Como mudar, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Imprensa do meu Paraná com Armando Falcão? Como mudar com o Sarney que não quis eleições diretas?

Então, ficamos a sofismar, Senhor Presidente Senhores Deputados, que a salvação há de ser Paulo Maluf, porque os homens que estiveram na teta mamando, como dizia Agnaldo Timóteo, estão na vigilância porque tem um adágio também: mato o velho, porque o velho está morto Deputado. O velho já está morto e o Sarney está com as garras para liquidar com o PMDB. Então, nós perguntamos à aguerrida Bancada do PMDB do Paraná e do Brasil o que será de nós? Como podemos acomodar os banqueiros? Como podemos acomodar Roberto Marinho? Como podemos acomodar os Lulas? A não ser uma eleição de Paulo Maluf.

A euforia dos homens que não ganharam, dos homens que vão entregar para José Sarney, o homem que foi visceralmente contra as eleições direta, o homem que, como dizia Agnaldo Timóteo, ficou vinte anos mamando na teta do Governo. Agora os louva-deuses do PMDB, os anjinhos vão entregar de mão beijada a Presidência da República porque Tancredo Neves não aguenta o cheiro da brilhantina...

Então, é isto o que nos revolta vendo uma plêiade de jovens do PMDB do Paraná, do Brasil, esta rapaziada e moçada do Colégio Eleitoral que vão votar indiretamente em José Sarney. Onde está a consciência de Vossas Excelências? Onde está a consciência, que votam nos homens que toda vida Vossas Excelências combateram? Onde está a consciência do homem que cassou Alencar Furtado? Ao homem que ameaçou a cassação de Ulisses Guimarães? Do homem que causou a vergonha do Brasil? Dos homens que tiveram mamando na teta deste pobre Brasil? Onde está, talvez eu esteja fazendo um discurso chovendo no molhado, mas a salvação é Paulo Maluf.

Vocês, meus amigos, que sabem o óbvio, o óbvio ululante, sabem que vão entregar o Governo para José Sarney, o homem que traiu o PDS e há de trair o PMDB. Onde está a coerência do PMDB que vota num homem que cassou Alencar Furtado? Onde está, Deputado Presidente, a coerência de Vossas

Excelências? Dá pena, dá dó. Tenho pena deste Brasil, porque dizia o meu velho pai: "O que muda é a coleira, a cachorrada é a mesma". Vai ficar a mesma cachorrada, se Tancredo Neves ganhar, ficará a mesma cachorrada, Deputado Presidente, porque a consciência, Deputados do Colégio, não pretendo de maneira nenhuma modificar. Pretendo só dizer a Vossas Excelências "matem o velho", porque o velho está morto. E vão entregar para o Sarney, aquele homem que nos traiu e há de trair também o PMDB.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 260/84, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, com apoio do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 254/84, 24/83, 106/84, 172/84, 193/84, 197/84, 200/84, 204/84, 205/84, 206/84, 209/84, 218/84, 266/84 e 267/84, constante da Ordem do Dia desta data. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 260/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que prorroga até 15.03.87, o prazo previsto no art. 137 da Lei n.º 7.051, de 04.12.78, que estipulou o prazo de 06 anos para que os cargos de provimento em comissão pudessem ser ocupados também por funcionários integrantes de classes AF-2 e AF-3, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.R.H., ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 98, de 03.10.84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 260/84

O presente Plano de Lei, de autoria do

nobre Deputado EDUARDO BAGGIO, tem por objetivo disciplinar o disposto no artigo 137 da Lei n.º 7.051, de 4 de dezembro de 1978.

A referida norma legal estipulou o prazo de 06 (seis) anos para que os cargos de provimento em comissão da C.R.E. pudessem ser ocupados, também, por integrantes das séries de Classes AF-2 e AF-3.

Assim, segundo a exposição de motivos, vários servidores foram convocados pela administração para exercer referidos cargos, e, dada a falta de regulamentação do mencionado dispositivo, deverão, obrigatoriamente, deixar suas funções como se houvesse ato de demissão, a persistir uma interpretação rígida da Lei vigente.

O Projeto de Lei proposto parece-nos oportuno e justo, e certamente não encontrará qualquer óbice para sua sanção, desde que, efetivamente, é do interesse da administração do Estado, pois, pública e notória é a destacada atuação dos servidores da Secretaria de Estado das Finanças no atual Governo.

Nosso Parecer, portanto, é pela APROVAÇÃO DO PROJETO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL anexo, o qual visa apenas o aperfeiçoamento do texto original.

Sala das Comissões, em
06 de novembro de 1984.
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Projeto de Lei n.º 260/84

SUBSTITUTIVO GERAL

Substitua-se a redação do Projeto de Lei n.º 260/84, pela seguinte:

Art.1.- Fica prorrogado até 15 de março de 1987, o prazo para o provimento dos cargos comissionados da Coordenação da Receita do Estado- C.R.E., na forma do art.137 da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

Parágrafo Único- Independente do prazo estabelecido, as vagas serão preenchidas conforme o artigo 137 da presente Lei.

Art.2.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em
06 de novembro de 1984.
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO
Relator.

Apoiamento: Anibal Khury, Gilberto Carvalho, Ervin Bonkoski, Quiélse Crisóstomo, Amélia Hruschka, Nelson Buffara, Augusto Carneiro, Ivan Gubert, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão, Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda teve por objetivo apenas ajustar a redação do projeto original, acrescentando-se o artigo 2.º com o fecho de praxe.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
Parecer ao Projeto de Lei n.º 260/84

O presente Plano de Lei de autoria do ilustre Deputado Eduardo Baggio, tem por objetivo disciplinar o disposto no Art.137 da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

A Comissão de Constituição e Justiça, apresentou Substitutivo Geral com objetivo de ajustar a redação do Projeto original, bem como, acrescentando ao mesmo o artigo 2.º, com fecho de praxe, manifestando-se pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo geral apresentado.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, visto ser a matéria justa e oportuna, somos pela aprovação do Projeto em tramitação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em
06 de novembro de 1984.

(aa) ODENI MONGRUEL
Presidente
ACIR MEZZADRI
Relator.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 254/84, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dá nova Redação ao Artigo 25 da Lei n.º 7.811, de 29.12.83, conforme especifica. (TAXAS DE SERVIÇOS DO DETRAN)
Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 24/83, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que estabelece critérios de semestralidades para o reajuste das taxas referentes aos serviços públicos estaduais e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.F., ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 106/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que dispõe sobre participação discente nos Conselhos Universitários e nas Congregações das Universidades e Faculdades Estaduais, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDA SUPRESSIVA da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.E. à EMENDA SUPRESSIVA da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 163/84, de autoria do PODER EXECUTIVO

(Mensagem n. 124/84), que objetiva estabelecer em consonância com a Legislação Federal pertinente, normas para fixação e cobrança da remuneração devida à Junta Comercial do Paraná pela execução dos serviços do Registro do Comércio, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.F., por maioria. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 172/84, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de utilidade pública o "CLUBE DAS MÃES", com sede e foro no Município de Chopinzinho. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 193/84, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO SANTO ANTONIO", com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 197/84, de autoria do Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, que declara de utilidade pública a "MITRA ARQUIDIOCESANA DE LONDRI-NA", com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 200/84, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 204/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS SURDOS E MUDOS", com sede e foro na cidade de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 205/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o Poder Executivo doar ao Banestado S/A., o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado entre as esquinas das ruas 7 de Setembro e Barão do Rio Branco, na cidade de Wenceslau Braz, com área de 300,00 m.², conforme transcrição n.º 9.083, do Livro 3-5, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 206/84, de autoria do Deputado JORGE MAIA FILHO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS - A.R.A.", com sede e foro na cidade de Marilândia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 209/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 166/84), que objetiva instituir, para os cargos de que tratam o Art. 34, da Lei n.º 7.424, de 17.12.80, e Art. 10, da Lei n.º 7.517, de 05.11.81 (PROFESSORES REGIONALISTAS E PROFESSORES SEM HABILITAÇÃO), 11 (onze) referências, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 218/84, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ", com sede e foro no Município de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 229/84, de autoria do PODER EXECUTIVO criar, nesta Governadoria, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. E COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 226/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO "SYDNEY ANTÔNIO", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 267/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 207/84) que visa obter autorização para abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 1.915.418.000 (um bilhão, novecentos e quinze milhões e quatrocentos e dezoito mil cruzeiros), destinados a atender despesas com material de consumo, outros serviços e encargos do DETRAN, no corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 103, de 11/10/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 267/84.

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 207/84, o presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar a abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.915.418.000 (hum bilhão, novecentos e quinze milhões, quatrocentos e dezoito mil cruzeiros), no vigente orçamento do Departamento de Trânsito - DETRAN, destinados a cobrir despesas com material de consumo e outros serviços e encargos.

A iniciativa e competência é do Chefe do Poder Executivo, o qual, em sua exposição de motivos esclarece que os recursos necessários à cobertura desse crédito são provenientes do excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado.

Tendo obedecido o disposto no artigo 35 da Carta Magna Estadual, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou inconstitucional para aprovação do presente Plano de Lei.

Assim sendo, opinamos FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO DO PROJETO, o qual está em condições de ser submetido à apreciação do douto Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 16/10/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;

(a) EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 267/84

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem n.º 207/84, visa o presente, obter autorização deste Poder, para abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$..... 1.915.418.000 (hum bilhão novecentos e quinze milhões e quatrocentos e dezoito mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Departamento de Trânsito.

Sobre a matéria houve parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça que opinou favoravelmente sobre sua legalidade e constitucionalidade.

Ao analisar o projeto sobre seu aspecto financeiro, constatamos que servirá como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo 2.º do presente plano de lei, o estabelecido no § 1.º, item II do Artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL ao projeto, recomendando sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer

Sala das Comissões, em 08/11/84.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente;

(a) HOMERO OGUIDO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 252/84, que aprova a PROPOSTA DO ORÇAMENTO PROGRAMA ANUAL, para o Exercício Financeiro de 1985. Com PARECER da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FAVORÁVEL ao Projeto e pela rejeição das EMENDAS, por unanimidade.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N.º 252/84

PARECER:

ORÇAMENTO-PROGRAMA ANUAL

O Projeto de Lei n.º 252/84, oriundo da Mensagem do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, contém os elementos de receita e despesa que constituirão a Lei Orçamentária do Paraná, para o próximo exercício de 1985.

Por força constitucional cabe ao Poder Legislativo a aprovação, contudo o § 1.º, do artigo 35 da Constituição Estadual limita a ação do legislativo a mera apreciação ao determinar que não serão objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou objetivo.

Fica claro a total desvinculação do Legislativo nos pressupostos básicos da lei Orçamentária e isto é fruto do interregno, que ora assistimos o seu final, de autoritarismo e hipertrofia do Poder Executivo em detrimento do Poder representativo popular. Tal realidade é determinante para que haja um total desinteresse na discussão do principal instrumento da administração pública.

Contudo se de um lado as limitações constitucionais criam inúmeros obstáculos para a nossa inteira participação nos desígnios governamentais, paralelamente nos é impossível deixar de procedermos uma análise mais apurada, com o intuito de identificar as intenções governamentais dentro do espírito de atendimento aos problemas sócio-econômico do Estado.

O plano de Lei estima a receita e aloca nos elementos de despesa igual importância, num montante de 4,9 trilhões de cruzeiros, consignando um aumento percentual de 415,15% sobre a atual Lei Orçamentária. Só este fato seria suficiente para comprovar a excelente situação do Paraná no contexto econômico, propiciando ao nosso Estado meios de vir atender ou minimizar os problemas sociais.

Esta realidade econômica do Estado, que a cada exercício tendo um crescimento real, isto é, superior ao índice inflacionário, é determinado pelo bom desempenho governamental na área financeira devido a um planejamento coerente e com objetivos claros e conhecidos.

Do total previsto para arrecadar em 1985, a receita centralizada com 4,4 trilhões de cruzeiros e descentralizada, as geradas e recolhidas pelas Parestatais (excluindo as sociedades de economia mista), responderão por um pouco mais do que 534 bilhões de cruzeiros. Portanto, a centralização participa percentualmente com quase 90% do total estimado do Estado no exercício fiscal de 1985.

A receita tributária é estimada em 2,9

trilhões de cruzeiros, sendo; de impostos mais de 2,8 trilhões de cruzeiros de taxas um pouco mais de 50 bilhões de cruzeiros.

O imposto sobre circulação de mercadorias - ICM - deverá responder com mais de 2,830 trilhões de cruzeiros, advindos dos setores econômicos, assim representados: Comércio 990,5 bilhões de cruzeiros, 35% do total; Indústria 764,1 bilhões de cruzeiros, 27% do total; Primário com 1,018 trilhões de cruzeiros, 36% do total; Importação com 15,2 bilhões de cruzeiros, 0,5% do total; e Acessórios do ICM (Denúncia espontânea, auto de infração, parcelamento a partir de 85) com 41,3 bilhões de cruzeiros, 1,5% do total.

A previsão de Receita Corrente em 3,7 trilhões de cruzeiros para atender as Despesas Correntes, determinada a existência de um Superavit no Orçamento corrente de mais de 400 bilhões de cruzeiros.

As Operações de Crédito autorizadas pela presente Lei Orçamentária atingirão à 885,7 bilhões de cruzeiros ou seja 18,05% do montante estimado para receita.

As Transferências Federais atingirão a soma de 480,7 bilhões de cruzeiros, somente 9,79% do global, cabendo as Correntes 204,8 bilhões de cruzeiros e as de Capital 275,9 bilhões de cruzeiros.

OS PODERES

Confrontando os recursos alocados para os poderes constituídos constata-se o seguinte quadro: CR\$ 1.000:

PODER LEGISLATIVO	92.033.337	1,88%
PODER JUDICIÁRIO	199.405.500	4,06%
PODER EXECUTIVO	4.614.302.540	94,06%
TOTAL	4.905.741.377	100.00%

Para efeitos de atendimentos da Emenda Constitucional n.º 19/83, a qual altera o artigo 38 da Constituição Estadual, o valor básico seria de CR\$ 3.067.770.000.000 (três trilhões, sessenta e sete bilhões, setecentos e setenta milhões de cruzeiros), ou seja o total estimado para Receita excluindo as Operações de Crédito e Transferência da União. No atendimento deste dispositivo constitucional o Projeto de Lei em pauta está plenamente de acordo, pois tanto o Legislativo como o Judiciário, tem recursos alocados ligeiramente superior aos 3% e 6,5% respectivamente.

O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

A Emenda Constitucional n.º 24, de 1.º de dezembro de 1983, conhecida pela Emenda Calmon, determina claramente que os Estados deverão aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Quanto o previsto em arrecadar com impostos não existe qualquer dúvida ao constataremos no Anexo I, da RECEITA o valor de CR\$ 2.868.622.000.000 (Dois trilhões, oitocentos e sessenta e oito bilhões, seiscentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), determinando assim que na "manutenção e desenvolvimento do ensino" o Estado deverá preliminarmente aplicar no mínimo CR\$ 717.155.500.000 (setecentos e dezessete bilhões, cento e cinquenta e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros).

O que poderia criar inúmeras dúvidas é definir o que deverá se entender como "manutenção e desenvolvimento do ensino" prescrito pela Constituição. Seria a função 08 - Educação e Cultura? Ou o alocado para a Secretaria do Estado da Educação? Será que não se deveria considerar a receita vinculada, fazendo que o Estado programe os 25% somente dos Recursos próprios? e assim por diante.

Sob qualquer angulo das questões ora levantadas o Governo do Estado do Paraná atende e supera em muito o índice contido na Constituição, consignando, mais uma vez, a atitude governamental em investir no homem como objetivo, prioritário, de possibilitar condições de que cada um possa vir a desenvolver as suas potencialidades e isto, sem dúvida nenhuma, só será possível com a educação. Tal assertiva é comprovada com os planejamentos executados pelas nações mais desenvolvidas.

Assim podemos constatar no presente Projeto de Lei, no que concerne o atendimento ao dispositivo constitucional o seguinte comparativo:

Em CR\$ 1.000

DISCRICÃO	VALOR	% s/IMPOSTO
Função Educação e Cultura- Total	1.028.413.334	35,85
Função Educação e Cultura- Recursos do Tesouro	977.502.539	34,07
Secretaria de Estado da Educação Total	949.968.000	33,11
Secretaria de Estado da Educação Rec.Tesouro desvinculados	878.008.000	30,60

A Educação e Cultura demanda a maior parte dos recursos ora alocados pelo presente Plano de Lei, atingindo 21% do total programa e 22,4% dos Recursos do Tesouro, sendo, portanto, a função prioritária nas atenções governamentais.

AS FUNÇÕES PRIORITÁRIAS

Além da prioridade na Educação e Cul-

tura, supra exposta manteve-se a ordem nas outras funções que recebem do governo maiores recursos como abaixo apresenta:

Em CR\$ 1.000

FUNÇÕES	VALOR REC.TES	VALOR TOTAL	% REC. TES.	TOTAL
Educação e Cultura	977.502.539	1.028.413.334	22,4	21,0
Administ. e Planej.	854.912.736	896.196.686	19,6	18,3
Trans- porte	510.017.700	735.075.350	11,7	15,0
Assist. e Previd.	493.038.611	600.593.515	11,3	12,2

As funções que tiveram a sua participação aumentada acima da correção percentual de 415,15% que sofreu o orçamento do estado, foram:

Desenvolvimento Regional	1.642,74%
Indústria, Comércio e Serviços	678,73%
Administração e Planejamento	478,79%
Transportes	485,00%
Trabalho	440,14%
Habilitação e Urbanismo	438,47%
Agricultura	424,16%

A de "desenvolvimento regional" que chama mais atenção pela correção percentual que sofreu, passa a representar 3,9% do total programado, ou seja, um pouco mais de 183 bilhões de cruzeiros.

A injeção de recursos maior foi no projeto 1.343- Programa de Ação Municipal-PRAM, gerenciado pela Secretaria de Estado do Planejamento o qual atingiu mais de 146,5 bilhões de cruzeiros, contudo, ressalve-se que 88,2 bilhões serão através de recursos vinculados, provindos do Banco Mundial, pretendendo "o desenvolvimento prioritário em obras de infra-estrutura econômica e social a 287 municípios com população inferior a 50.000 habitantes, garantindo recursos para geração de empregos e melhores condições de vida".

Também, houve melhores atenções ao projeto 1.347 - Apoio a Setores Prioritários e a Programas Emergenciais também administrado pela Secretaria de Planejamento com 6.850 bilhões de cruzeiros, o qual objetiva atender aos problemas causados por fenômenos incontrolláveis pelo homem, atendimento à programas que visem a geração de empregos.

Nesta função foram introduzidos dois novos projetos, um coordenado pela Secretaria de Estado das Finanças, o 1158 - Projeto Galha Azul, com Recursos de 447 milhões de cruzeiros, pretende "o desenvolvimento auto-sustentado do município, através da mobilização e motivação da população, criando ambiente para participação comunitária na busca de alternativas de auto-desenvolvimento econômico, finan-

ceiro e tributário"; o outro é o projeto 1.061 - Infra-estrutura de distribuição de Energia Elétrica - adstrito, ao PRAM e administrado pela Governadoria com 2,855 bilhões de cruzeiros, e tem os mesmos objetivos e vinculação ao Banco Mundial que o Projeto de "Ação Municipal" supra especificado.

OS RECURSOS DO TESOURO E AS CATEGORIAS DE DESPESAS

Para melhor análise da alocação dos recursos arrecadados diretamente pelo Tesouro Geral do Estado, apresentando o quadro abaixo, especificando as subcategorias econômicas e as suas respectivas participações:

Em CR\$ 1.000

DESPESA	PREVISÃO	% ORÇAMENTO
Despesas Cor.	2.910.780.923	66,59
.Pessoal e Enc.		
. Sociais	1.913.597.368	43,77
. Outras Despesas Correntes	997.183.555	22,82
Despesas de Capital	1.420.645.077	32,50
. Investimentos	399.834.971	9,15
. Inversões Financeiras	97.388.439	2,23
. Transferências de Capital	923.421.667	21,12
Classificação Especial	40.000.000	0,91
. Reserva de Contingência	40.000.000	0,91
TOTAL	4.371.426.000	100,00

Em comparação com a atual Lei Orçamentária enquanto as Despesas Correntes tem um aumento porcentual de 383,7% as Despesas de Capital, consigna um aumento de 646,3%.

A despesa que menos cresceu foi a com Pessoal e Encargos que alcançam um percentual de 342,5% de aumento, em relação a atual Lei Orçamentária.

AS EMENDAS

Foram apresentadas e estão em tramitação 999 (novecentos e noventa e nove) emendas ao Projeto de Lei n. 252/84.

Visam, em sua grande maioria, destinar às entidades estaduais dotações constantes no Orçamento.

Ressalvadas as boas intenções dos Senhores Parlamentares, tais emendas são inconstitucionais, por força do § 1º do artigo 35 da Constituição Estadual, transcrito anteriormente.

Merecem, contudo, especial atenção as emendas n.ºs 200, 203, 204 e 205, apresentadas pelo Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira e a de n.º 939 assinada pelo Deputado José Tadeu Lúcio Machado.

EMENDA N.º 200 - Objetiva retirar do § 2.º os incisos II e V que propõem a não integração no percentual contido no "Caput" do artigo, como autorização para abertura de créditos suplementares, o "superavit" financeiro do presente exercício e as transposições dentro de uma mesma categoria econômica pertencente ao mesmo órgão.

Justifica-se tal medida por pretender-se dar maior participação ao Poder Legislativo. Entretanto, incorre-se no erro de possibilitar-se a criação de entraves à modalidade administrativa nos diversos setores públicos do Estado.

Os "Superavits" financeiros, quando existem na administração pública, são de ínfimos valores e não pressupõem maiores atenções, pois os mesmos serão verificados e fiscalizados com a participação do Poder Legislativo.

A não alteração da composição das Categorias Econômicas (Despesas de Custeio, Transferências Correntes, Capital e Transferências de Capital) consubstancia a intenção governamental de dar maior maleabilidade às decisões administrativas, sem se dificultarem as possibilidades de adaptação do atual Plano de Lei à realidade concreta futura.

EMENDA N.º 203 - Tem a finalidade de atrelar as empresas de economia mista naquilo que já está previsto para as Autarquias, Empresas Públicas e Fundações, ou seja, fazer com que os seus orçamentos venham a receber a referenda da Assembleia Legislativa.

Se, em teoria, a intenção do Líder oposicionista merece aplausos, contudo a prática tem demonstrado total ineficácia, pressupondo a necessidade de se tomarem outras atitudes que possibilitem o Poder Legislativo a exercer um verdadeiro acompanhamento nos orçamentos das Parestatais.

A tentativa por nós aplaudida e constante na presente Lei de Meios e acatada pelo Excelentíssimo Senhor Governador, no presente Plano de Lei, esbarrou na praticidade ao constatarmos que, se houver uma disciplina global que possibilite aos representantes populares fiscalizarem estas empresas, de nada adiantará fazermos constar o "ad referendum" da Assembleia Legislativa, para aprovação dos orçamentos das parestatais. No presente exercício, constatamos que nosso "referendum" só se efetivou no mês próximo passado, isto é, quase no final de exercício, sem se efetivar a prática objetivada que é de fiscalização do Poder Legislativo em todos os atos governamentais. Portanto, a prática desmistifica e desaconselha tal emenda.

EMENDAS N.ºs 204 e 205 - Com os mesmos

embasamentos tóxicos, visam alterar os percentuais, de 30% para 15% contidos nos artigos 5.º § 2.º e 8.º "caput", propiciando a autorização prévia para que o Poder Executivo abra créditos suplementares.

Repete-se o que consta na atual Lei Orçamentária, graças a emendas admitidas com o nosso apoio e aplausos.

Aqui, novamente, a realidade determinou que a prática contrariou a teoria. Se, em tese, a alteração percentual de nossa prévia autorização para abertura de créditos suplementares visava efetivar a participação do Poder Legislativo, na sua efetivação o que se constatou foi propiciar uma série de entraves e problemas à administração estadual. Assim, por diversas razões, esta Assembleia Legislativa não deu o devido seguimento às Mensagens Governamentais de abertura de créditos especiais, vindo a dificultar pagamento de funcionários, criando até problemas sociais. O próprio Poder Legislativo sofreu quando do encaminhamento de seus processos de créditos adicionais. E, o que é pior, isto ocorre sem que houvesse a efetivação de uma verdadeira análise de nossa parte nas emendas da principal lei da administração pública.

Entendemos que tais emendas só terão os efeitos que todos pretendemos quando se realizar a devolução de todas as prerrogativas do Poder Legislativo. A funcionalidade do Poder está vinculada a um sistema global, isto é, todas as funções deverão estar interacopladas, porque só assim veremos os legislativos desempenhando o papel que a sociedade necessita e institucionalizou.

Se tal não acontecer, é certo que essas emendas só terão o condão de emperrar o processo administrativo, tal como já se comprovou, na prática.

EMENDA N.º 939 - Conforme consta de sua justificativa, a intenção da presente emenda é dar à receita advinda do artigo 4.º da Lei n.º 7812/83, uma aplicação de acordo com a proposição objetivada pelo Legislador, ou seja, consignar que, verdadeiramente, prestem assistência ao menor carente e a sua família. Os programas que deverão ser atendidos pelo percentual de 10% (dez por cento) da Taxa de Segurança Pública - Atos da Polícia Civil, devem visar o desenvolvimento sócio-cultural do menor, porque só assim estaremos, coerentemente, investindo no futuro do menor e, conseqüentemente, do Paraná.

Sem sombras de dúvida, tal emenda pretende, efetivamente, pugnar pela necessidade de se carrearem maiores recursos no atendimento das verdadeiras carências do menor abandonado.

A intenção é justa e, por tudo válida, mas entendemos que encontra óbices, assim como quase todas as emendas, nos dispositivos de ordem constitucional, os quais

não permitem emendas que visem alterar os objetivos programáticos governamentais.

PARECER SOBRE AS EMENDAS

Dado o exposto, entendemos que a participação do Poder Legislativo nas ações governamentais está na dependência de aprovação de um novo contrato social que venha consolidar a legítima intenção da sociedade de ver os seus Representantes desempenhando as funções de interpretação, proposição e realização de seus anseios.

Com uma nova constituição, haverá possibilidade de sistematização legislativa, propiciando aos poderes legisferantes as condições para que tenham disciplinadas as suas funções na participação, acompanhamento e fiscalização das ações de governo.

Profetizamos que isto logo acontecerá, pois as eleições presidenciais que ora se aproximam configuram-se, claramente, com a posse no próximo ano de um Presidente vinculado com programas de modificações estruturais no atual "status quo" de nefastas consequências à sociedade brasileira. A vitória das oposições, reconhece-se, é o único meio de possibilitar que os representantes populares deixem de ser meros apreciadores das ações do executivo.

Assim, para que se evite a concretização de obstáculos à ação do Governo do Estado do Paraná, que tem dado mostras de ter objetivos claros e condizentes com a realidade paranaense, somos pela REJEIÇÃO das emendas apresentadas.

CONCLUSÃO

O presente Plano de Lei cumpriu todas as exigências constitucionais e legais, pelo que **SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, m 05 de novembro de 1984

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator.

Apoiamto: Gabriel Manoel, Antônio Anni-belli, Fuad Nacli, Erondy Silvério, Roberto Requião.

Em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

16 Senhores Deputados aprovam; 2 Senhores Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA::

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n.º 252/84.

4.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n.º 254/84.

REDAÇÃO FINAL - da Resolução n.º 175/84 (Orçamento das Estatais e dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 28/83, 27/84, 235/84 e dos Projetos de Lei n.ºs 169/84, 171/84, 186/84, 187/84, 191/84, 194/84, 195/84, 214/84, 224/84, 246/84, 268/84.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 24/83, 106/84, 172/84, 193/84, 197/84, 200/84, 204/84, 205/84, 206/84, 209/84, 218/84, 266/84.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 163/84, 229/84, 260/84, 267/84.

Levanta-se a sessão.